

O CENTENÁRIO DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ E OS PROJETOS DE RECUPERAÇÃO DE SUA MEMÓRIA

Priscila Soares Crocetti

Mestre em Direito pela Universidade Federal do Paraná

Sônia Regina Martins de Oliveira

Doutoranda em Direito pela Universidade Federal do Paraná

Sumario: 1. Introdução.- 2. Resultados.- 3. Considerações finais.- 4. Referências bibliográficas.

1. Introdução

Idealizada e criada em 1912 a Universidade Federal do Paraná completará 100 anos em 2012. Foi a primeira Universidade do Brasil, fundada tão somente noventa anos após a independência de Portugal¹ – que durante todo o período colonial não permitiu a existência de cursos superiores na Colônia.

A criação da Universidade do Paraná não contou apenas com a fervorosa iniciativa dos membros fundadores, o momento de desenvolvimento socioeconômico paranaense e o apoio da sociedade e do governo locais: a chamada «Reforma do Ensino Livre» foi aspecto primordial para o seu nascimento.

O Decreto imperial nº 7247, de 19 de abril de 1879, estabelecia, no parágrafo único do art. 1º, que era completamente livre o ensino primário e secundário no município da Corte, e o superior em todo o Império, salvo inspeção relacionada a condições de higiene. Estando a dispensa de frequência e de sabsatinas dos alunos consignada no § 6º do art. 20. Em seguida o art. 21 dispunha sobre a organização dos cursos e escolas livres, facultando a associação de particulares para fundação de cursos, onde se ensinassem as matérias que constituíssem programa de qualquer curso oficial de ensino superior².

Mas, como salienta Venâncio Filho, muito embora a ideia do ensino livre estivesse fervilhando nesta fase e tenha sido tema em debate até 1915, no momento imperial, o ensino livre identificou-se tão somente, no caso dos cursos jurídicos, com a liberdade de frequência e com a inexistência de exames parciais nas faculdades do Recife e de São Paulo. Esta fase foi seguida pelo insucesso das pretensões liberais, ao qual se somaram críticas nas Memórias Históricas e Relatórios das Faculdades, dando conta de que «a situação piorou», que as academias esta-

¹ Após a independência de Portugal, a preocupação com a construção da identidade nacional, apartada dos laços até então mantidos com a antiga Metrópole, e o objetivo de formar quadros próprios de juristas para guiarem as instituições jurídicas e políticas brasileiras ensejaram a criação das primeiras Faculdades de Direito no Brasil em 1827, uma em Pernambuco na cidade de Olinda (transferida para a cidade do Recife em 1854) e outra em São Paulo.

² Para Venâncio Filho «o liberalismo brasileiro, com origem nas fontes filosóficas europeias, ao lado do novo liberalismo cientificista, tem como ponto teórico de partida a crença fundamental na liberdade humana: o homem é o senhor do seu destino e por isso responsável por ele.» E é justamente relacionado a estas ideias que aparece o cientificismo da Ilustração Brasileira na sua forma liberal, que teve como mote a «intuição científica do mundo», com base nos ensinamentos de Darwin e Spencer. VENÂNCIO FILHO. Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2004, p. 76.

vam quase desertas, aumentando por parte dos moços «os atos negativos do trabalho e estudo»³.

A chamada «Reforma do Ensino Livre», entretanto, não foi a única inspirada no ideário do ensino livre, já que também a «Reforma Rivadávia», movida pelas mesmas ideias, constituiu-se em importante regulamentação que, somada à primeira, possibilitou a criação da Universidade do Paraná.

A «Reforma Rivadávia», implantada pelo Decreto nº 8.659 de 1911, objetivou especialmente o ensino superior e, na onda da liberdade de ensino, assegurava a liberdade de profissão e a promessa de autonomia dos estabelecimentos federais de ensino e a extinção da ação fiscalizadora do Governo Federal sobre os estabelecimentos particulares. Além disso, o órgão principal de Administração Federal de ensino passou a ser o por ela criado Conselho Superior de Ensino, o qual, de acordo com a própria lei, substituiu a função fiscal do Estado, tendo ação sobre os estabelecimentos mantidos pelo Governo Federal, respeitando a autonomia a estes concedida⁴.

No Relatório de 1913 apresentado ao então diretor da Universidade do Paraná (Vitor Ferreira do Amaral), o Secretário Nilo Cairo assenta que foi sob o incentivo da Lei de 5 de abril de 1911, com «espírito repousado no ideal supremo de liberdade de ensino» novamente fizeram surgir a ideia de criação de uma Universidade no Paraná (a primeira fora a lançada por Rocha Pombo em 1892)⁵.

Assim, em sessão solene do Congresso Legislativo de 19 de dezembro de 1912 foi oficialmente fundada e instalada a Universidade do Paraná. O curso jurídico, então denominado «Ciencias Jurídicas e Sociaes», foi inaugurado junto com a Universidade, quando também iniciaram os cursos de Engenharia, Odontologia, Farmácia e Comércio, o curso de Obstetrícia, apesar de previsto, não teve inscritos, conforme relatório do ano de 1913 do então diretor Vitor Ferreira do Amaral⁶.

³ *Ibidem*, p. 87.

⁴ Sítio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). <http://www.inep.gov.br/pesquisa/thesaurus/thesaurus.asp?te1=122175&te2=38803&te3=93992&te4=149734&te5=36591&te6=148305>. Acesso 13/03/2011.

⁵ AMARAL E SILVA, Vitor Ferreira. *Relatório Geral da Universidade do Paraná*. Curitiba: Tipografia Alfredo Hoffmann, 1913. p. 13-14.

⁶ *Ibidem*, p. 5.



Figura 1: Emblema dos primeiros anos: «Consiste o emblema em um símbolo, representando o mundo iluminado pelo gênio da ciência. No centro, a elipse da trajetória da terra, de grande eixo vertical. Este emblema está ladeado por dois ramos: um de carvalho, representando o poder da vontade e outro de louro, representando o poder da Inteligência. Na extremidade inferior da elipse, emerge a metade do globo terrestre e na superior está colocado um archote saindo da terra. Um faixa contém o lema: *Scientia et Labor*. Por cima de tudo, entre as extremidades dos ramos de carvalho e de louro está inscrito o nome: Universidade do Paraná» (WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Universidade do Mate: história da UFPR*. 2. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2006. p. 55.).

Originalmente Universidade do Paraná, instituição particular de ensino, somente foi federalizada e, portanto, tornada pública, em 1950. Em 2012 a primeira Universidade brasileira completará 100 anos, o que ensejou por parte da agora Universidade Federal do Paraná a criação de um projeto intitulado «UFPR Rumo aos 100 anos»⁷, o qual centraliza e fomenta pesquisas institucionais com o objetivo comum de recuperação da memória da Universidade nesse primeiro centenário.

O presente artigo tem como escopo geral divulgar a pesquisa, alguns resultados preliminares, bem como algumas das linhas de estudo dos dois Projetos que se relacionam especificamente com o curso de Direito.

O primeiro deles, «Projeto Integrado de Recuperação da Memória do Setor de Ciências Jurídicas»⁸, é um projeto mais abrangente que tem como objetivo geral o resgate da história institucional, cultural e social da Faculdade de Direito no seu primeiro centenário. Para a execução do mesmo foram eleitos três eixos de trabalho: o resgate da estrutura didático-administrativa da Faculdade, a história da Ciência Jurídica a partir das diferentes disciplinas, assim como a história política da instituição.

O segundo projeto, «Memória: cem anos de Direito Civil na UFPR»⁹, tem como foco o Direito Civil e objetiva a composição de um panorama extenso da disciplina e de seus professores, reunindo informações em um banco de dados; a identificação e coleta de dados biográficos do corpo docente da disciplina de direito civil; o resgate e digitalização dos programas lecionados e documentos históricos e a composição da atribuição didática da disciplina a cada ano.

Os dois projetos têm como desígnio comum a disponibilização dos dados encontrados em sítio eletrônico que sirva de instrumento a pesquisas futuras.

De modo geral é possível afirmar que os pesquisadores envolvidos nos projetos acerca do curso de Direito acabaram por acessar arquivos comuns, em especial o Arquivo Inativo¹⁰ da própria Direção da Faculdade de Direito e as Bibliotecas da Universidade (Biblioteca de Ciências Jurídicas e Biblioteca Cen-

⁷ Sítio eletrônico do projeto: <http://www.100anos.ufpr.br/ufpr100anos/>

⁸ Projeto coordenado por Ricardo Marcelo Fonseca, professor Associado de História do Direito e atual Diretor da Faculdade de Direito. Teve como pesquisadores orientadores Priscila Soares Crocetti e Paulo Henrique Dias Drummond; graduandos bolsistas Thayse Fedalto, Pedro Gallotti Kenicke, Lucas Henche e Vivianéli Prestes e graduandos colaboradores Felipe Balotin e Renan Guedes Sobreira.

⁹ Projeto criado e coordenado pela Professora Doutora Maria Cândida Pires Vieira do Amaral Kroetz, atualmente professora de Direito Civil da UFPR. O projeto contou com a participação das bolsistas da graduação em Direito

da UFPR, Camila Seraphim Makarauskys e Renata Karla Mantovani Acosta, além da também graduanda em Direito pela UFPR, Stefani Rackes da Silva como voluntária e da doutoranda em Direito pela UFPR, Sônia Regina Martins de Oliveira, como colaboradora.

¹⁰ No terceiro piso da sede histórica da Universidade Federal do Paraná, na Praça Santos Andrade em Curitiba, onde também está sediado o curso de Direito, localiza-se o Arquivo Inativo da Direção, o qual contém material histórico e documentos institucionais, em aproximadamente 300 caixas. Este arquivo não contava com nenhuma espécie de catalogação, sendo que a documentação normalmente é acondicionada em caixas nomeadas conforme o conteúdo e pela ordem de ingresso.

tral da UFPR). Tendo em vista as especificidades de cada pesquisa¹¹, entretanto, outros arquivos foram pesquisados, como, por exemplo, o Círculo de Estudos Bandeirantes¹², a Biblioteca Pública do Paraná¹³ e a Casa da Memória¹⁴.

Além disso, o método adotado para o trabalho com as fontes foi basicamente a seleção, a catalogação simples, a digitalização de arquivos e a organização dos resultados em tabelas. Esses passos foram bastante trabalhosos e exaustivos, tendo em vista que sequer se tinha conhecimento de que tipo de fontes seriam encontradas, assim como quais poderiam servir de modo mais direto aos objetivos específicos dos projetos.

Por outro lado, ainda no que diz respeito ao método empregado para a execução dos projetos, imperioso se faz destacar a utilização de algumas linhas do método prosopográfico.

A recuperação da memória do curso de Direito, como antes mencionado, envolveu o estudo do corpo docente desde os seus primeiros anos. Desse modo, não apenas a busca por dados atinentes às biografias individuais dos professores se mostrou necessária, mas também pareceu pertinente e frutífera a dedicação aos estudos prosopográficos¹⁵.

A opção pela análise prosopográfica, ou de biografias coletivas, teve lugar, sobretudo, em razão das vantagens que o método proporciona. A partir da construção das tabelas prosopográficas dos professores da casa foi possível verificar algumas nuances que perpassam as construções institucionais e algumas opções, sejam teóricas e de pensamento, sejam no que diz respeito ao modo de ser do primeiro grupo de homens que estiveram à frente do ensino jurídico no Paraná do começo do século. A descrição das características de um grupo mais ou

¹¹ Por exemplo: os pesquisadores Priscila Soares Crocetti e Paulo Henrique Dias Drummond, que elaboraram tabelas prosopográficas dos professores da Faculdade de Direito do Paraná (1912-1953), para uso em suas dissertações de mestrado, consultaram de modo intenso os arquivos da Biblioteca Pública do Paraná e da Memória da UFPR.

CROCKETI, Priscila Soares. *Ciência, Ensino e Código: Lentes, Elites e Direito Civil nos albores da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná (1912-1945)*, in <http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080//dspace/handle/1884/26128>. DRUMMOND, Paulo Henrique Dias. *Ciência e Ensino na Cultura Jurídica Paranaense: Direito Penal e Filosofia do Direito no Curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Paraná (1913-1953)*, in <http://hdl.handle.net/1884/26068>.

¹² Sítio eletrônico: <http://www.pucpr.br/circuloestudos/>.

¹³ Sítio eletrônico: <http://www.bpp.pr.gov.br/>.

¹⁴ Sítio eletrônico: <http://www.casadamemoria.org.br/>.

¹⁵ Os dois principais trabalhos do grupo que envolvem a aplicação do método são as dissertações já mencionadas (ver nota 9).

Para a análise das biografias coletivas dos professores adotou-se o método prosopográfico, seguindo-se os en-

sinamentos do professor Christophe Charle, para quem a análise de biografias coletivas consiste em «definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico, cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política, segundo a população e o questionário em análise». CHARLE, Christophe. *A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas*. In HEINZ, Flávio. *Para uma nova história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 41.

Dessa maneira, através da leitura de diversos trabalhos que adotaram o mesmo método, elencou-se uma gama de variáveis consideradas determinantes para os fins da pesquisa realizada que se foca num grupo intelectual (relativas aos dados pessoais e socioeconômicos, relativas à formação e trajetória e, por fim, relativas à produção pessoal), a partir das quais foram confeccionadas algumas tabelas prosopográficas. Tabelas estas que serviram de apoio para grande parte das interpretações acerca do perfil dos lentes, seja no tocante à origem, trajetória e vínculos sociais, seja ainda no tocante ao pensamento e ao modo de ser.

menos homogêneo de pessoas permitiu a realização de análises transversais e qualitativas, que resultaram no exame tanto da composição, quanto da dinâmica do grupo de professores investigado.

Para além disso, oportuno salientar a contribuição para as pesquisas das salutares conclusões de Sebastián Martín, historiador do Direito espanhol, sobre o método. Ao explicar por que razão se estabelece um interesse pela prosopografia na História do Direito, Martín refere que ocorreu uma mudança de foco da atenção da história jurídica. Para ele ocorreu o trânsito dos grandes nomes de juristas célebres para as particularidades de todos os juristas¹⁶.

Desse modo, a vantagem e a originalidade do estudo prosopográfico também tem lugar quando da opção pelos juristas «marginais», já que é bastante comum trabalhos que se dedicam aos juristas «célebres».

O estudo das biografias coletivas desses juristas, de locais afastados dos centros de estudos tradicionais e mais prestigiados nacionalmente, possibilita «um notável e variado proveito científico». Proveito este que decorre, sobretudo, do acesso

[...] desde un caso particular a la trama institucional, textual, simbólica y personal que forja, por expresarlo en términos de Pierre Bourdieu, el campo académico del derecho, o más precisamente, el subcampo de la enseñanza y la ciencia jurídicas, un área desenvuelta en el espacio de intersección entre el campo académico y de la ciencia, con su particularidad identificativa de producir cultura y, en concreto, discursos con pretensión de veracidad objetiva, y el campo del derecho, caracterizado por la competencia para construir los códigos válidos para la resolución de los conflictos en la sociedad¹⁷.

Para Martín, o padrão de ensino de uma determinada instituição está de certa forma vinculado ao filtro que os professores locais fazem dos ensinamentos dos grandes autores, de maneira que o estudo das particularidades (pensamento e outros aspectos) do grupo pode contribuir ainda para a compreensão daquilo que era transmitido aos alunos¹⁸.

Com base nessas orientações, os trabalhos de pesquisa foram iniciados e renderam resultados interessantes, máxime a se considerar que antes não havia sido realizado nada parecido na Faculdade de Direito da UFPR.

A seguir serão focados os principais resultados obtidos entre 2010 e 2011 através da execução das atividades de pesquisa. Para tanto, optou-se pela divisão dos mesmos em dois momentos. No primeiro, serão elencados os tipos de documentos relacionados ao curso de Direito encontrados e catalogados, como por exemplo: revistas acadêmicas, programas de ensino, documentos pessoais, teses de livre-docência, acervo da biblioteca etc. O segundo e derradeiro momento é reservado ao levantamento biográfico e à apresentação de alguns dados prosopográficos dos professores, os quais, como visto, foram pontos importantes dos projetos.

¹⁶ «Y dicho transito obedece, al menos, a dos poderosas razones que se resumen en una sola: la progresiva diferenciación interna de la historiografía en cuanto discurso científico, su gradual emancipación respecto de su función legitimadora de las disciplinas jurídicas actuales, constituidas igualmente en buena proporción según una gramática autorreferencial que necesita de mucha menos apoyatura historiográfica. Y la liberación de la historia del derecho, que no debe narrar ni la legislación ni la doctrina pasadas para fundamentar la enseñanza jurídica presente, se traduce, efectivamente, en dos consecuencias de interés. En primer lugar, en el impulso y desencadenamiento de la dinámica interna de la labor investigadora, que encuentra su realización mucho más en el descubrimiento que en la reiteración» MARTÍN, Sebastián. *De la enseñanza a la ciencia del derecho: biografía colectiva de juristas españoles (1857-1943)*. In Cuadernos del Instituto Antonio de Nebrija, 12/1, 2009. p. 37.

¹⁷ *Ibidem*, p. 38.

¹⁸ Foi, por exemplo, o que a pesquisadora Priscila Soares Crocetti tentou fazer ao estudar o ensino do Direito Civil em sua dissertação de mestrado. Link.

2. Resultados

Cabe destacar neste tópico, em breves linhas, o processo e o progresso das pesquisas no decorrer do último ano.

Como visto quando tratado da metodologia empregada para a execução dos projetos de pesquisa relacionados aos 100 anos da Faculdade de Direito, os trabalhos se concentraram inicialmente na procura, seleção e organização do material existente sobre a Faculdade de Direito da Universidade do Paraná.

2.1. Resultados parciais relativos à colheita e organização da documentação sobre a Faculdade de Direito

A verificação do que havia no Arquivo Inativo da Faculdade e em outras Bibliotecas sobre o curso e sua história centenária é um objetivo comum de ambos os projetos. Por esse motivo, após o amplo levantamento das fontes (especialmente primárias) contidas no Arquivo, foi organizado um catálogo descritivo preliminar com a indicação da localização e da espécie do documento encontrado, conforme a tabela abaixo.

Tabela 1. *Relação de documentos encontrados no Arquivo Inativo do campus Santos Andrade da UFPR.*

Tipo de Documento	Ano
Alunos Matriculados	1919 a 1958; anos esparsos até 1971;
Assentamento dos Alunos	
Ata das Eleições do Representante do Setor de Ciências Sociais Aplicadas no Conselho de Ensino e Pesquisa	1974
Ata de Promoção	1948 a 1956
Atas	1956
Atas de Exames Finais	1969 a 1967
Atas do curso noturno	1968 a 1972
Atas dos Prêmios Concedidos aos Alunos	1940 a 1944
Atos de Eleições Estudantis para Representante Junto ao Conselho Universitário	1963
Boletins de Frequência	1982 a 1988; 1990
Boletins do Concurso de Habilitação	1938; 1941 a 1970
Boletins e Exames Finais (nomes e notas, em alguns há quais as disciplinas e cada ano)	1933 a 1935; 1944 a 1947, 1955 a 1958
Catálogo dos livros da biblioteca	Até 1949
Catálogos dos livros doados	1947 a 1951
Certificados de aprovação	1983 a 1995
Classificação Decimal de jurisprudência	
Código de Atividades dos Estagiários do Núcleo de Práticas Jurídicas	
Concurso de Habilitação - Relatórios da Comissão Fiscalizadora (contém vida escolar dos alunos e provas)	1944 a 1970
Concurso de Habilitação e Exames Finais	1959 a 1966
Concurso para Docente Livre de Medicina Legal	1949
Concursos para professores catedráticos	1953 a 1960

Tipo de Documento	Ano
Consultas à biblioteca e livro dos consultantes	1917 a 1918; 1920 a 1940
Contratos de Professores	1947
Correspondência da Faculdade de Direito	1918
Correspondência expedida pela inspetoria federal	1935 a 1947
Diários	1929 a 1944
Fichas funcionais dos professores: Airton Luiz Zolet, Alceste Ribas de Macedo, Alceu Ribeiro de Macedo, Alcides Alberto Munhoz Da Cunha, Alcides Munhoz Netto, Alfredo Assis Gonçalves Neto, Almir Chagas Vilela, Altayr dos Santos Cavalcanti, Altino Portugal Soares Pereira, Aluisio Surgik, Alvacir Alfredo Nicz, Alvaro Floriano Paczkoski, Amouri de Oliveira e Silva, Ana Maria de Toledo Coelho, Antonio Acir Breda, Antonio Alves do Prado Filho, Antonio Celso Mendes, Antonio Chalbaud Biscaia, Antonio de Paula Filho, Antonio Fernando Barros e Silva e Souza, Antonio Martins Franco, Antonio Moris Cury, Aristides Severo Athayde, Arthur Ferreira dos Santos, Ary Florencio Guimarães, Athos Moraes de Castro Vellozo, Betina Trieger Grupenmacher, Carlos Alberto Romanó, Carlos Araújo de Britto Pereira, Carlos Bicalho Hungria, Carlos Eduardo Manfredini Hapner, Carlos Freire Faria, Carlos Joaquim De Oliveira Franco, Carlos Vicente Laynes de Andrade, Carmem Lucia Silveira Ramos, Celio de Jesus Ferreira, Celso Luiz Ludwig, Claudio de Andrade, Clemerson Merlin Clève, Clénier de Assis Lopes, Clotário de Macedo Portugal Filho, Edson Isfer, Edson Ribas Malachini, Elimar Szaniawiski, Ernani Almeida de Abreu, Ernani Guarita Cartaxo, Ernani Guarita Cartaxo Filho, Euclides de Mesquita, Felício Raitani Neto, Fernando Andrade de Oliveira, Fernando Newton Bittencourt Fowler, Francisco Accioly Rodrigues da Costa Neto, Francisco Assis de Souza Ferreira, Francisco Cunha Pereira Filho, Francisco Jose Ferreira Muniz, Frederico Todeschini, Gaspar Luiz Lacerda Pinto, George Bueno Gonn, Geraldo Muniz Diz, Germano de Rezende Forster, Gilberto Grácia Pereira, Gilda Maria Muniz, Gilson Amaro Fernandes, Guido Arzua, Henrique Chesneau Lenz César, Hilton Ritzmann, Homero Baptista de Barros, Hostélio Cesar de Sousa Araújo, Humberto Grande, Ildefonso Gugisch de Oliveira, Ildefonso Marques , Ivan Guérios Curi, Ivan Ordine Righi, Jacinto Nelson de Miranda Coutinho, Jair Lima Gevaerd Filho, Janio Campos, João Albuja Junior, João Alves da Rocha Loures, João Casillo, João de Moura Brito, João Manuel dos Santos, João Ney Ribeiro de Macedo, João Oreste Dalazen, João Regis Fassbender Teixeira, João Regis Teixeira Júnior, Joaquim Miró Júnior, Joaquim Miró Neto, Joaquim Penido Monteiro, Joaquim Roberto Munhoz de Melo, Jorge Azor Pinto, José Augusto Ribeiro, José Carlos Ribeiro Ribas, José Eduardo Soares de Camargo, José Maria Pinheiro Lima, José Munhoz de Melo, José Nicolau dos Santos, José Petrelli Gastaldi, José Ribamar Gaspar Ferreira, José Roberto Vieira, Katya Kozicki, Keri Correa Lopes, Luiz Alberto Machado, Luiz Antônio Peralta, Luiz Chemim Guimarães, Luiz Edson Fachin, Luiz Guilherme Marinoni, Manoel Caetano Ferreira Filho, Manoel Vicente de Oliveira Mello, Manuel Barreto de Alencar, Marçal Justen Filho, Marcelino Nogueira Sobrinho, Maria da Gloria Lins da Costa Colucci, Maria de Lourdes Seraphico Peixoto da Silva, Maria Silvia Taddei Zanellato, Marilza Tavares Martinelli, Marins Alves de Camargo, Mauro Olindo Kurter, Maury Rodrigues da Cruz, Milton Luiz Pereira, Milton Tesseralli, Napoleão Lyrio Teixeira, Neigi Calixto, Nelson Ferreira da Luz, Nilton Bussi, Octávio de Sá Barreto, Odília Ferreira da Luz Oliveira, Omar Gonçalves da Motta, Oscar Joseph de Plácido e Silva, Oscar Martins Gomes, Paulo Henrique de Arruda Gonçalves, Pedro Augusto Menna Barreto Monclaro, Pedro Henrique Xavier, Raul Rodrigues Gomes, Regina Maria Macedo Nery Ferrari, Reinaldo de Almeida Cesar Sobrinho, Rene Ariel Dotti, Roberto Linhares da Costa, Rogério Fagundes, Rolf Koerner Junior, Romeu Felipe Bacellar, Romeu Felipe Bacellar Filho, Ronald Accioly Rodrigues da Costa, Rubens Edmundo Requião, Rubens Requião, Sansão José Loureiro, Sidney Dittrich Zappa, Ulysses de Mello e Silva, Vera Cecília Abagge de Paula, Vidal Vanhoni, Wilson Maito Stinglin, Zuudi Sakakihara	
Folha de pagamento do corpo docente	1919 a 1960
Histórico dos Bacharéis	1976 e 1983
Inscrição em Concurso para Professor	1936 a 1978
Inscrições em exames de 2ª época	1929 a 1952
Inscrições em Vestibulares	1920 a 1970; 1953 a 1971

Tipo de Documento	Ano
Inscritos em exames e validação de curso	1946
Levantamento patrimonial	1950 e 1977
Lista de alunos (somente nomes)	1951 a 1955
Livro de Entrega de certificado aos monitores	1975
Livro de Estagiários do 2º e 3º anos (sem data)	
Livro Ponto de Estagiários	1990
Livros de Ponto dos Professores	1920 a 1990
Livros-caixa	1920; 1934 a 1940; 1952 a 1959
Razão	1928 a 1945
Reforma Universitária	1971
Registro de despesa, verba, empenho e pagamento	1951 a 1968
Registro de Diplomas	1912 a 1926, de 1922 a 1983
Registro de Ponto dos Funcionários	1940 a 1957; 1968 a 1973; 1986 a 1991
Relação de Inscritos do Concurso de Habilitação	1937 a 1959
Relatório Concurso para Professor Catedrático de Economia Política	1949
Relatório da Comissão Fiscalizadora	1971
Relatório da Direção de Ciências Sociais Aplicadas	1974 a 1975; 1977; 1979; 1980 a 1983; 1985 a 1990; 1995
Relatórios semestrais e trimestrais	1946 a 1951
Relatórios	1926 a 1928; 1938 a 1945
Relatórios da Diretoria	1945 a 1960
Relatórios de Concursos para Docentes Livres	1953 a 1959
Resultado de provas	1948 a 1975
Termos de Matrícula de 1929 a 1933, de 1933 a 1934, e de 1940	1929 a 1934; 1940
Termos de Visitas	1937 a 1940

No projeto dedicado ao Direito Civil, além desses documentos gerais, alguns documentos específicos interessam para compor um panorama da disciplina. Assim, foram encontrados, digitalizados e analisados os programas de ensino encontrados, as atas departamentais e documentos como as atas dos concursos realizados para o cargo de professor, que revelam a banca julgadora, os concorrentes e os pontos selecionados para cada um. Além de documentos de autoria dos professores da casa como discursos proferidos em momentos de relevância histórica e política. Como exemplo, pode-se citar a aula inaugural do professor José Rodrigues Vieira Netto, intitulada «O Direito Civil e a Organização Social» proferida em 1960, e do mesmo autor o discurso de paraninfo do ano de 1964 «Sobre as quatro liberdades». Destaca-se também o discurso de paraninfo do professor José Lamartine Corrêa de Oliveira Lyra, proferido em 1968, intitulado «A véspera dos Bárbaros». São relevantes também documentos internos da Universidade que revelam a dinâmica das decisões e a parti-

cipação ativa dos professores no ensino, tal qual a carta encaminhada pelos professores ao então diretor Ernani Guarita Cartaxo, discordando da posição do Conselho Deliberativo em alterar a ordem das disciplinas no ano de 1957, abaixo reproduzida:

Curitiba, 4 de dezembro de 1959.

Exmo. Sr. Des.
ERNANI GUARITA CARTAXO

DD. DIRETO DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO PARANÁ.

No ano de 1957, decidiu o Conselho Técnico Administrativo, desta Faculdade, que o ensino do Direito Civil deveria ser ministrado, nas diferentes séries do curso jurídico, segundo a ordem estabelecida no Código Civil. Em conformidade com essa orientação, foram elaborados os novos programas, que se acham em vigor.

Atendendo, porém, a que o ensino do Direito Comercial começa a ser ministrado na 3a. série, e a que o mesmo pressupõe o conhecimento da parte geral do Direito das Obrigações, vimos propor a V. Excia. Para submeter ao mesmo Conselho Técnico Administrativo a aprovação da distribuição de matérias do Direito Civil, conforme relação anexa, para vigorar a partir do próximo ano.

[...]

Valemo-nos da oportunidade para apresentar a V. Excia. os meus protestos de estima e consideração.

Professores catedráticos de Direito Civil

Em resumo, tais documentos se darão a compor um quadro da disciplina nesse centenário e servirão de base para novas pesquisas que poderão se dedicar com mais detalhe não apenas ao aspecto quantitativo e de levantamento de dados, mas a faceta qualitativa da disciplina buscando ver na mudança de currículo, nos debates departamentais e nas publicações dos professores as orientações teóricas que conduziram a história desses cem anos.

Além destes, outros materiais também foram analisados com mais detalhe. O catálogo dos livros da biblioteca do curso de Direito foi um deles. Abaixo foram selecionados, a título ilustrativo, os exemplares adquiridos na primeira década da instituição, entre 1913 e 1923.

¹⁹Nos anos de 1918, 1921, 1922 e 1923 nenhuma obra relacionada ao Direito (ou às humanidades) foi adquirida pela Universidade.

Tabela 2. *Catálogo de obras adquiridas pela Biblioteca da Universidade do Paraná de 1913 a 1923*¹⁹.

Obras adquiridas em 1914	
IHERING, Rudolf Von.	<i>A evolução do direito.</i>
DUTRINHA.	<i>Direito Romano.</i>
PICARD, Emile.	<i>A Sciencia Moderna.</i>
PICARD, Edmond.	<i>O direito puro.</i>
PORCHAT, Reynaldo.	<i>Curso elementar de direito romano.</i>
ROMERO, Sylvio.	<i>Ensaio de Filosofia do Direito.</i>
CARVALHO, Pereira de.	<i>Encyclopedia Juridica.</i>
LESSA, Pedro.	<i>Estudos de Filosofia do Direito.</i>
PEIXOTO, Afranio.	<i>Elementos de Medicina Legal.</i>
COMTE, A.	<i>La Synthese Subjective.</i>

VIANNA, Paulo Domingues.	<i>Direito Criminal.</i>
CARVALHO, Veridiano.	<i>Manual Mercantil.</i>
BOTELHO, José Nicolao Raposo.	<i>História Universal.</i>
RIBEIRO, João.	<i>História do Brazil.</i>
MARTINS, Romário.	<i>História do Paraná.</i>
AUTRAN.	<i>Código Penal.</i>
WARKERIG.	<i>Direito Romano.</i>
OCTAVIO, Rodrigo.	<i>Do cheque.</i>
OCTAVIO, Rodrigo.	<i>Divisão e demarcação de terras.</i>
AUTRAN.	<i>As sociedades anonymas.</i>
POTHIER (tradução de Correa Telles).	<i>Tratado das obrigações pessoasas.</i>
LACERDA DE ALMEIDA, Francisco de Paula.	<i>Obrigações.</i>
CARVALHO DE MENDONÇA, Ignácio.	<i>Doutrina e Prática das Obrigações.</i>
RIBAS.	<i>Direito Civil.</i>
BEVILÁQUA, Clóvis.	<i>Direito Civil.</i>
BEVILÁQUA, Clóvis.	<i>Direito da Obrigações.</i>
BEVILÁQUA, Clóvis.	<i>Direito Internacional.</i>
BEVILÁQUA, Clóvis.	<i>Legislação comparada.</i>
BEVILÁQUA, Clóvis.	<i>Direito das Sucessões.</i>
BEVILÁQUA, Clóvis.	<i>Criminologia e Direito.</i>
LACERDA, Paulo.	<i>Conta Corrente.</i>
MARQUES, Silva.	<i>Elementos de Direito Público e Constitucional.</i>
CARVALHO DE MENDONÇA, Ignácio.	<i>Rios e águas correntes.</i>
SODRÉ, Moniz.	<i>As três escolas penaes.</i>
REZENDE, Gabriel José Rodrigues de.	<i>Curso de Fallencias.</i>
AUTRAN, Godofredo de Alencastro.	<i>Das Fallencias.</i>
SÁ E ALBUQUERQUE.	<i>Novíssima Lei das Fallencias.</i>
CIMBALI.	<i>A nova phase do Direito Civil.</i>
BEVILÁQUA, Clóvis.	<i>Direito Internacional Privado.</i>
BEVILÁQUA, Clóvis.	<i>Direito Público Internacional.</i>
BUCKLE, Henry Thomas.	<i>Historia da civilização na Inglaterra.</i>
LACERDA DE ALMEIDA, Francisco de Paula.	<i>Direito das Cousas.</i>
IHERING.	<i>A lucta pelo direito.</i>
SEIGNOBOS, Ch.; COHEN, D. A.	<i>Compendio de História da Civilização.</i>
CARVALHO DE MENDONÇA.	<i>Contractos no Direito Civil brasileiro.</i>
CARVALHO DE MENDONÇA; XAVIER, José.	<i>Tratado de Direito Commercial.</i>
DEUS, João de.	<i>Diccionario prosódico.</i>
GUELFY, Filomusi.	<i>Enciclopedia Giuridica.</i>
IHERING.	<i>Questões de direito civil.</i>
NERY, F.	<i>Licções de Direito Criminal.</i>
SILVA, Pereira da.	<i>Estudos de Sociologia Criminal.</i>
SUZANO.	<i>Repertório das leis da fazenda.</i>
CONRADO, A.	<i>Commércio e navegação na história.</i>
LACERDA.	<i>A cambial.</i>
ORLANDO.	<i>Código Commercial.</i>
MORAES FILHO, Mello.	<i>Curso de literatura brasileira.</i>
CANDIDO DE FIGUEIREDO.	<i>Problemas da linguagem.</i>

CANDIDO DE FIGUEIREDO.	<i>A ortografia no Brazil.</i>
CANDIDO DE FIGUEIREDO.	<i>O que se não deve dizer.</i>
ALI SAID, M.	<i>Dificuldades da língua portuguesa.</i>
SÁ E BENEVIDES, José.	<i>Licções de História da Civilização.</i>
FIGUEIREDO, Cândido de.	<i>Falar e escrever.</i>
LAFAYETTE.	<i>Direito das cousas.</i>
MARTINHO GARCEZ.	<i>Nulidade dos actos jurídicos.</i>
VIVEIROS DE CASTRO.	<i>Tratado dos impostos.</i>
VIVEIROS DE CASTRO.	<i>Direito Administrativo.</i>
JOÃO MONTEIRO.	<i>Aplicações de direito.</i>
TEIXEIRA FREITAS.	<i>Regras de Direito.</i>
MARTINEAU, H.	<i>La philosophie positive d'Auguste Comte.</i>
BEVILÁQUA, Clóvis.	<i>Economia Política.</i>
BUENO, Pimenta.	<i>Direito Publico.</i>
BUENO, Pimenta.	<i>Direito Internacional Privado.</i>
FREIRE, F.	<i>As constituições dos Estados e a Constituição Federal.</i>
BASTOS, Tavares.	<i>Organização Judiciária.</i>
COMTE, Auguste.	<i>Cours de philophie positive.</i>
PLANIOL, M.	<i>Droit Civil.</i>
PARANÁ, Sebastião.	<i>O Brazil e o Paraná.</i>
CLINTOCK.	<i>Gramática Latina.</i>
Revista da Academia Paranaense de Letras.	
CAMÕES, Luiz.	<i>Lusiadas.</i>
VARELLA, Alfredo.	<i>Direito constitucional brasileiro.</i>
AUTRAN.	<i>Manual de economia política.</i>
FORTNUADO DUARTE.	<i>O latim.</i>
HAECKEL.	<i>História da criação.</i>
SOUZA, Joaquim Alves de Souza.	<i>Língua Latina.</i>
SÁ E ALBUQUERQUE, João de.	<i>Desapropriações – várias disposições de lei.</i>
SÁ E ALBUQUERQUE.	<i>Divisão e demarcação de terras.</i>
BENTO DE FARIA.	<i>Direito romano.</i>
ROMERO, Sylvio; RIBEIRO, João.	<i>Compendio de História da Litteratura Brasileira.</i>
CARVALHO DE MENDONÇA.	<i>Das Fallencias.</i>
COELHO NETTO.	<i>Compendio de litteratura brasileira.</i>
ROMERO, Sylvio.	<i>História da litteratura brasileira.</i>
TEIXEIRA DE FREITAS.	<i>Vocabulário Jurídico.</i>
MARTINHO DA COSTA CRUZ.	<i>A procuração em causa própria.</i>
TAVAREZ BASTOS.	<i>Transmissão da propriedade.</i>
F. PINHEIRO.	<i>Litteratura nacional.</i>
PAUTHIER.	<i>Notions d'histoire litteraire.</i>
MALATESTA.	<i>A logica das provas.</i>
GAROFALO.	<i>Criminologia.</i>
M. MARIONO.	<i>Droit Administratif et Droit Public.</i>

LUDGERO COELHO.	<i>Elementos de Encyclopedia Juridica.</i>
BERQUÓ, João Maria da Gama.	<i>Historia Universal.</i>
SARAIVA, D. R. dos Santos.	<i>Diccionario Latim-Portugués.</i>
MENDES DOS REMÉDIOS.	<i>Historia da Litteratura portuguesa.</i>
GRINS, Adolphe.	<i>Science Penale et Droit Positive.</i>
DE SAMPAIO E MELLO.	<i>Familia e Divórcio.</i>
COELHO DA ROCHA.	<i>Direito Publico e Constitucional.</i>
SOLIDONIO.	<i>Desapropriação.</i>
H. INGLEZ DE SOUZA.	<i>Títulos ao portador no direito brasileiro.</i>
MARNOCO DE SOUZA.	<i>Direito político – poderes do Estado.</i>
CONTINENTINO, João Pereira da Silva.	<i>Estudos, Doutrinas e Julgados.</i>
LASTARRIA.	<i>Licções de Política Positiva.</i>
XAVIERA, Marx.	<i>A arte de escrever.</i>
SAVIGNY.	<i>Direito Romano.</i>
AHRENS.	<i>Encyclopedie Juridique.</i>
AUBRY ET RAU.	<i>Droit Civil Française.</i>
LION CAEN ET RENAULT.	<i>Droit Commercial.</i>
HERING.	<i>Espirite del Direito Romano.</i>
E. AUBERT.	<i>Historia Naturalle.</i>
HINACHIO DINIZ.	<i>Encyclopedia Juridica.</i>
M. HAURIOT.	<i>Droit Public.</i>
GASTON MAY.	<i>Droit Romain.</i>
MONAT ET DOYOR.	<i>Traité de Philosophie.</i>
THEOPHILO BRAGA.	<i>Litteratura Portugueza.</i>
KORKOUNON.	<i>Theorie Generale de Droit.</i>
LEÃO, Laurindo.	<i>Estudo de Philosophia do Direito.</i>
HENRU CAUS.	<i>D' Historie Du Commerce.</i>
Y. ALVES DE SOUZA.	<i>Themas graduados da lingua latina.</i>
BLUNKSCHLI.	<i>Droit Internationale Codifie.</i>
THEMOEIRAND LANDRIEUX.	<i>French – English and English – French.</i>
E. ESPINOLA.	<i>Direito Civil Brasileiro.</i>
BEVILAQUA.	<i>Em defesa do Código Civil.</i>
BEVILAQUA.	<i>Juristas e Philosophos.</i>
BEVILAQUA.	<i>Esboços e Fragmentos.</i>
BEVILAQUA.	<i>Projeto Código Civil.</i>
BEVILAQUA.	<i>Litteratura e Direito.</i>
A. MERIGNKAC.	<i>Droit Public International.</i>
DRUMOND.	<i>Diplomacia.</i>
RODRIGO OCTAVIO.	<i>Direito do Extranjeiro no Brazil.</i>
BENTO DE FARIA.	<i>Codigo Commercial.</i>
BENTO DE FARIA.	<i>Das Fallencias.</i>
BENTO DE FARIA.	<i>Marcas de Fabricas.</i>
BENTO DE FARIA.	<i>Processo Civil e Commercial.</i>

CANDIDO DE OLIVEIRA.	<i>Legislação Comparada.</i>
PASQUALE FIORI.	<i>Droit International Privé.</i>
PASQUALE FIORI.	<i>Droit International (Code)</i>
LAFAYETTE.	<i>Direito Internacional.</i>
ERNEST SYS.	<i>Le Droit International.</i>
E. MARTIN.	<i>Droit International Privé.</i>
JOÃO MENDES JUNIOR.	<i>Direito Judiciário Brasileiro.</i>
ARMANDO VIDAL L. RIBEIRO.	<i>Processo Civil e Commercial.</i>
STANLEY JAVONS.	<i>Economia Política.</i>
SÁ E ALBUQUERQUE.	<i>Manual do Edificante.</i>
JOÃO MONTEIRO.	<i>Processo Civil e Commercial.</i>
LACERDA DE ALMEIDA.	<i>Pessoas Jurídicas.</i>
DRUMOND.	<i>Direito Internacional.</i>
FUNCK – BRENTANO.	<i>Droit des gens.</i>
PAUL DISLENE.	<i>L'état Del guerre et de liége.</i>
A. NEIES.	<i>Droit International Privé.</i>
FRANTZ DESPAGNET.	<i>Droit International Public.</i>
GEORGES BRY.	<i>Droit International Public.</i>
LENIGI COSSA.	<i>Economie Politique.</i>
PAUL ERRERA.	<i>Droit Public Belge.</i>
FERREIRA ALVES.	<i>Juízo da Provedoria.</i>
P. PLANT.	<i>L'art de latir.</i>
A.D. GARCIA.	<i>Das procurações.</i>
AUGUSTO CARLOS FERREIRA.	<i>Correspondencia geral de commercio.</i>
SANTOS.	<i>Contabilidade Comercial.</i>
A. BOISSON.	<i>Precis de Legislation Militaire.</i>
Obras adquiridas em 1914	
G. C. KORDGIERN.	<i>Manual de Correspondência Comercial em Alemão e Portuguez.</i>
RODRIGO OCTAVIO E D. VIANNA.	<i>Elementos de Direito Público e Constitucional.</i>
RAQUENI E TAYETTE.	<i>Dizionario portoghese – italiano e italiano – portoghese.</i>
CANDIDO DE OLIVEIRA FILHO.	<i>Pratica de Processo Civil, Commercial e Criminal.</i>
A. CHARTRUESSE ET PADSSYSSOTSKY.	<i>Les processus généraux.</i>
CH. CALVO.	<i>Le Droit International.</i>
J. PH. ANSTETT.	<i>Historia Natural.</i>
H. BONFILS.	<i>Droit International.</i>
P. COUNTANT.	<i>Legislation Pharmaceutique.</i>
SEBASTIÃO PARANÁ.	<i>Os Estados da República.</i>
SILVEIRA NETTO.	<i>Do Guaíra aos Saltos do Iguaçu.</i>
ALENCAR PIEDADE.	<i>Manutenção de posse das terras.</i>
ALCIDES CRUZ.	<i>Direito Administrativo Brasileiro.</i>
MARTINHO GAREEZ.	<i>Da Theoria geral do Direito.</i>
SALVADOR MONIZ.	<i>Sociedades Anonymas.</i>
JOÃO FELIX PEREIRA.	<i>Historia do Comercio.</i>

LUIZ CARPENTER.	<i>O Direito Penal Militar Brasileiro e o Direito Penal Militar de outros povos cultos.</i>
PAULO RODRIGUES VIANNA.	<i>Regime Penitenciário.</i>
CANDIDO DE FIGUEIREDO.	<i>Dicionario da Lingua Portuguesa.</i>
SIMON BARCELÓ.	<i>Manual Diplomatico y Consular.</i>
THEODORO FISE (Trabalho de D. J. Fernando dos Reis).	<i>Historia da Guerra do Paraguay.</i>
H. BRUNESSICH.	<i>O Inglez Commercial.</i>
HENRY MARET.	<i>La Liberté de l'Enseignement.</i>
	<i>Código Penal do Brazil.</i>
DILERMANDO CRUZ.	<i>Direito Romano.</i>
L. HERITTE.	<i>Agents Consulaires.</i>
A. DE CLERCG ET C. DE VALLAT.	<i>Guide pratique de consulats.</i>
Obras adquiridas em 1915	
FERDINAND CUSSY.	<i>Reglements Consulaires.</i>
A. DE CLERCG ET C. DE VALLAT.	<i>Formuleire des Chancelleries, Diplomatiques e Consulaires.</i>
JOSÉ XAVIER CARVALHO DE MENDONÇA.	<i>Tratado de Direito Commercial Brasileiro.</i>
MARTINHO GARCEZ.	<i>Do Direito de Familia.</i>
R. SALEILLES.	<i>L'individualisation De La Peine.</i>
VIRGILE RASSEL.	<i>Code Civil et Code des Obligations.</i>
FRANZ LISZT.	<i>Tratado de Direito Penal Alemão.</i>
VITTORIO EMANUELE ORLANDO.	<i>Principii di Diritto Costituzionele.</i>
VITTORIO EMANUELE ORLANDO.	<i>Principii di Diritto Amministrativo.</i>
LODOVICO MORTARA.	<i>Principii di Procedura Civile.</i>
LODOVICO MORTARA.	<i>Istituzioni Di Ordinamento Giudiziario.</i>
DAVID SUPINO.	<i>Diritto Commerciale.</i>
GIACOMO GRASSO.	<i>Principii di Diritto Internazionale.</i>
LUIGI LUCCHINI.	<i>Elementi di Procedura Penale.</i>
SILVIO PEROZZI.	<i>Istituzioni di Diritto Romano.</i>
ANGIOLO FILIPPI.	<i>Medicina Legale.</i>
CARLO CALISSE.	<i>Elementi di Scienza Dell' Amministrazione.</i>
CARLO CALISSE.	<i>Diritto Ecclesiastico.</i>
EMANUELE GIANTURCO.	<i>Istituzioni di Diritto Civile.</i>
HENRI AHRENS.	<i>Cours de Droit Naturel ou de Philosophie du Droit.</i>
ALMACHIO DINIZ.	<i>Questões Actuaes de Philosophia e Direito.</i>
GUSTAVO DE MOLINARI.	<i>Problemas Sociais.</i>
GEORGES PALANTE.	<i>Sociologia.</i>
THEOPHILO BRAGA.	<i>Systema de Sociologia.</i>
E. ORLANDO.	<i>Droit Public et Constitutionnel.</i>
SALOMON STRICKER.	<i>Physiologia do Direito.</i>
RIEMANN GOELZER.	<i>Grammatica Grega.</i>
CARVALHO DE MENDONÇA.	<i>Direito Commercial Brasileiro.</i>
ALFREDO VARELA.	<i>Direito Constitucional Brasileiro</i>
ABEL DE ANDRADE.	<i>A Vida do Direito Civil.</i>

CARVALHO DE MENDONÇA.	<i>O Poder Judiciário no Brazil.</i>
PEDRO LESSA.	<i>Dissertações e Polêmicas.</i>
A. BENTES.	<i>Sociologia Fundamental.</i>
HERBERT SPENCER.	<i>O Que é a Moral.</i>
SAVERIO MERLINO.	<i>Formas Essenciais do Socialismo.</i>
L. BOURRILLY.	<i>Cours Elementaire et Pratique de «Langue Itatienne».</i>
HERBERT SPENCER.	<i>Introduction a la Science Sociale.</i>
Obras adquiridas em 1916	
FRANCISCO EUGÊNIO DE TOLEDO.	<i>Nullidades do Processo Civile e Commercial.</i>
RODOLPHO DE FARIA.	<i>O Processo Summarissimo.</i>
JOSÉ SORIANO DE SOUZA.	<i>Lições de Philosophia Elementar.</i>
A. MACHADO, J. A. HENRIQUE, F. SIMAS.	<i>Elementos de História Natural.</i>
THIAGO SINIBALDI.	<i>Elementos de Philosophia.</i>
JONATHAS SERRANO.	<i>Epítome de História Universal.</i>
SÁ E ALBUQUERQUE.	<i>Testamentos e Sucessões.</i>
J. A. PIMENTA BUENO.	<i>Formalidades do Processo Civil.</i>
F. DE PAULA BAPTISTA.	<i>Compendio de Theoria e Pratica do Processo Civil.</i>
A. F. DE FREITAS JUNIOR.	<i>Formulário Anotado do Processo Civil.</i>
C. L. MARIA DE OLIVEIRA FILHO.	<i>Curso de Prática ao Processo Civil, Commercial e Criminal.</i>
EUGENIO DE TOLEDO.	<i>Leis e Formulas Processuais.</i>
CRYSÓLITO DE GUSMÃO.	<i>Direito Penal Militar.</i>
ESMERALDINO BANDEIRA.	<i>Direito Penal Militar.</i>
J. ALBERTO DA CUNHA SALLES.	<i>Nullidades dos Actos do Processo Civil.</i>
R. SALEILLES.	<i>L'individualisation de la peine.</i>
HENRY BONFILS.	<i>Manuel de Droit International.</i>
CAETANO PEREIRA DE SOUZA.	<i>Primeiras Linhas Sobre o Processo Civil.</i>
PIMENTA BUENO.	<i>Processo Criminal Brasileiro.</i>
TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE.	<i>Classificação das Leis do Processo Criminal e Civil.</i>
ANTONIO CABRAL.	<i>Prática Judicial.</i>
ANYSIO CAMPELLO.	<i>Teoria e Pratica do Processo Civil e Comercial.</i>
IGNACIO RAMALHO.	<i>Pratica Civil e Commercial.</i>
CARLOS ANTONIO CORDEIRO.	<i>Novíssimo Assessor Forense.</i>
JOSÉ ANTONIO DA CUNHA SALLES.	<i>Teoria e Prática dos Recursos.</i>
JOSÉ ANTONIO DA CUNHA SALLES.	<i>Recursos Cíveis.</i>
MIRANDA MONTENEGRO.	<i>Trabalhos Judiciários.</i>
COELHO DA ROCHA.	<i>Direito Civil Português.</i>
TEIXEIRA DE FREITAS.	<i>Testamentos e Sucessões.</i>
TEIXEIRA DE FREITAS.	<i>Doutrina das Acções.</i>
HYPPOLITO DE CAMARGO.	<i>Menores e Interdictos.</i>
NETTO CAMPELLO.	<i>Direito Romano.</i>
DINIZ BARRETO.	<i>Fontes de Direito Romano.</i>
BRASILIO MACHADO.	<i>Fontes de Direito Commercial.</i>
INGLEZ DE SOUZA.	<i>Direito Commercial.</i>

A. DO ESPÍRITO SANTO.	<i>Compendio de Direito Militar.</i>
PAULO EGYDIO.	<i>Estudos de Sociologia Criminal.</i>
F. Y. BASTOS.	<i>Breves Lições de Direito Penal.</i>
ALENCAR ARARIPE.	<i>Código Criminal do Império do Brasil.</i>
VEIGA CABRAL.	<i>Direito Administrativo Brasileiro.</i>
ALEXANDRE GROPPALI.	<i>Philosophia do Direito.</i>
RUY BARBOSA.	<i>Os Actos Inconstitucionais.</i>
AZEVEDO CASTRO.	<i>Convenções Consulares.</i>
RUY BARBOSA.	<i>Finanças e Política da República.</i>
MARTINS JUNIOR.	<i>História do Direito Nacional.</i>
CAMARGO ARANHA.	<i>Direito Criminal.</i>
A. M. SENNA.	<i>Discurso sobre o Systema Penitenciário.</i>
MENDES JUNIOR.	<i>Direito Judiciário Brasileiro.</i>
A. Y. SOUZA LIMA.	<i>Manual de Medicina Legal.</i>
MARTINS JUNIOR.	<i>História Geral do Direito.</i>
CASTELLO BRANCO.	<i>Consultor Militar.</i>
JULIA LOPES DE ALMEIDA.	<i>Correia da Raça.</i>
ERNESTO HAECKEL.	<i>Os Enigmas do Universo.</i>
ERNESTO HAECKEL.	<i>Maravilhas da Vida.</i>
ERNESTO HAECKEL.	<i>O Monismo.</i>
ERNESTO HAECKEL.	<i>Origem da Vida.</i>
FRANCISCO DO MONT'ALVERNE.	<i>Compendio de Philosophia.</i>
PAULO DE LACERDA.	<i>Código Civil Brasileiro.</i>
FERREIRA VELLOSA.	<i>Direito Commercial Maritimo.</i>
ERNESTO HAECKEL.	<i>História da Criação.</i>
JOSÉ DE ALENCAR.	<i>A Propriedade.</i>
LOPES VIEIRA.	<i>Medicina Judiciária e Pericial.</i>
CARVALHO MENDONÇA.	<i>Direito Commercial.</i>
Obras adquiridas em 1917	
MORAIS DE CARVALHO.	<i>Praxe, Forma ou Direito Pratico.</i>
CARVALHO DE MENDONÇA.	<i>Tratado de Direito Commercial Brasileiro.</i>
JOÃO MENDES JUNIOR.	<i>Processo Criminal Brasileiro.</i>
ALMACHIO DINIZ.	<i>Direito Civil – Parte Geral.</i>
ALMACHIO DINIZ.	<i>Direito das Cousas.</i>
AUBRY ET RAU.	<i>Cousa de Droit Civil Français.</i>
RUY BARBOSA.	<i>Direito Civil Brasileiro.</i>
Obras adquiridas em 1919	
BENTO JORDÃO DE SOUZA.	<i>Execução Cambial.</i>
BENTO JORDÃO DE SOUZA.	<i>Elucidário do Commerciante.</i>
Obras adquiridas em 1920	
CARLOS CALVO.	<i>Droit International.</i>
MANUEL AUTRAN.	<i>Constituição Política.</i>
ALFRED FOUILÉE.	<i>Science Sociale.</i>

TACIANA A. MONTEIRO.	<i>Crise da Civilização.</i>
JOSEPH BRIAND.	<i>Manuel de Medicine Legale.</i>
HERBERT SPENCER.	<i>Ensaíos da Moral.</i>
AUGUSTO COMTE.	<i>L Positivisme.</i>
EUGENE PELLETAU.	<i>Drois de L'Homme.</i>
LION SAY.	<i>Solutions Democratiques.</i>
A. LANGLOIS.	<i>L'homme et La Révolution.</i>
HAMILTON MADISSON.	<i>O Federalista.</i>
EDGAR GUINET.	<i>Les Jésuites.</i>
EDGAR GUINET.	<i>La République.</i>
EDGAR GUINET.	<i>Le Livre de l'exilé.</i>

Outros documentos do Arquivo mais bem analisados pelos pesquisadores foram os livros de consultas à biblioteca, tendo sido elaboradas tabelas anuais em que são descritas todas as obras consultadas pelos estudantes e o número de consultas a cada qual²⁰.

Esse trabalho pode ser localizado nas pesquisas de mestrado antes mencionadas²¹, para as quais foi realizado o levantamento das obras mais consultadas por disciplinas, nos primeiros anos de funcionamento do curso jurídico. No tocante ao Direito Civil, exemplificativamente, foi possível averiguar que as obras mais consultadas entre 1917 e 1924 foram «Em defeza do Código Civil Brasileiro» e «Direito Civil» de Clóvis Beviláqua, «Breves anotações ao Código Civil brasileiro» de Eduardo Espinola, «Código Civil» e «Manual de Direito Civil» de Paulo de Lacerda, «Direito Civil» de Martinho Garcez, «Direito Civil» de Almachio Diniz e «Instituzione di Diritto Civile» de Gianturco. No âmbito do Direito das Coisas as mais consultadas foram as obras de Lafayette Pereira, Almachio Diniz e Lacerda de Almeida. No Direito das Obrigações destacam-se os autores Clóvis Beviláqua, Carvalho de Mendonça, Lacerda de Almeida e Pothier. No Direito de Família as obras «Direito de Família» também de Clóvis Beviláqua e a obra de Martinho Garcez, intitulada «Do Direito de Família: segundo o projecto de Código civil brasileiro», obra de 1914²².

No que diz respeito à organização didático-administrativa da Faculdade, foram fundamentais os Relatórios anuais (redigidos desde 1913) que indicavam diversos dados sobre a estrutura diretiva do curso, a divisão das disciplinas por seções (as quais, mais tarde, transformaram-se em departamentos), o modo de escolha dos professores, o conteúdo das disciplinas, o modo de ingresso dos alunos etc.

Quanto à organização didático-administrativa da FDUP percebeu-se que os paranaenses seguiram os padrões oficiais, especialmente no que se refere à composição das grades curriculares, às quais passam

²⁰ Já foram levantados os dados relativos às consultas à biblioteca entre a década de 10 e a de 40 do século passado.

²¹ CROCETTI. Priscila S. Op. Cit., apêndices. DRUMMOND. Paulo H. D. Op. Cit., apêndices.

²² Ainda se está em uma época anterior a codificação civil no Brasil. O primeiro código data de 1916.

²³ CROCETTI. Priscila S. *Op. Cit.*, p. 173.

²⁴ As teses que constam neste quadro já foram digitalizadas e podem ser acessadas através do Portal da Universidade Federal do Paraná http://www.portal.ufpr.br/teses_acervo.html e <http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/handle/1884/284>. Este quadro foi elaborado pelos pesquisadores Priscila S. Crocetti e Paulo H. D. Drummond e foi publicado nas dissertações de mestrado já menciona-

a ser obrigatórias a partir de 1915, com a edição da Reforma Maximiliano (até que em 1931, com a Reforma Francisco Campos, é imposto um currículo mínimo). Nota-se também que muitas das abordagens pessoais presentes nos programas de ensino foram inspiradas nos modelos das instituições em que os professores se bacharelaram, tanto os do Recife quanto os de São Paulo²³.

Outras fontes ainda relacionadas ao curso de Direito foram encontradas nos diferentes arquivos e bibliotecas acessados pelos pesquisadores, como as teses escritas pelos concorrentes à Cátedra e Livre-Docência.

Tabela 3. *Lista de teses de cátedra e livre docência (1916-1950)*²⁴.

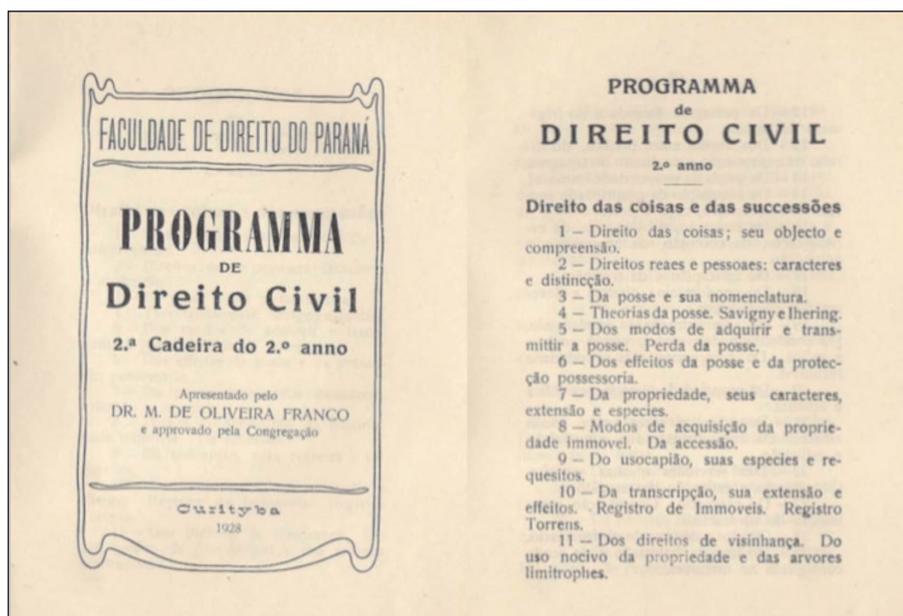
Ano	Autor	Título	Concurso	Área
1916	José de Alencar Ramos Piedade	<i>Dano moral</i>	Substituto	Direito Civil
1920	Deusdedit Honório Moura Brasil	<i>Ontogenia do direito comercial</i>	Substituto	Direito Comercial
1929	Arthur Heráclio Gomes	<i>Exegese do artigo 68 da constituição federal</i>	Livre Docente	Direito Público Constitucional
1930	Laertes de Macedo Munhoz	<i>O homicídio consensual</i>	Livre Docente	Direito Penal
1934	José Farani Mansur Guérios	<i>A guerra. Sua inevitabilidade</i>	Livre Docente	Direito Internacional Público
1936	Carlos de Brito Pereira	<i>Poderá o falido exercer o comércio, antes de reabilitado?</i>	Livre Docente	Direito Comercial
1936	Carlos Frederico Beltrão Pernetá	<i>O salário mínimo e o limite do tempo de serviço devem manter entre si um justo equilíbrio capaz de, assegurando, em seus aspectos normaes, a existência do trabalhador, concorrer fundamentalmente para a organização industrial da sociedade moderna</i>	Catedrático	Direito Industrial e Legislação do Trabalho
1936	Carlos Frederico Beltrão Pernetá	<i>O título cambiário é completo porque autônomo, formal e literal. No juízo de falência, porém, quer-se primordialmente assegurada a veracidade, legitimidade e conveniência do crédito</i>	Livre Docente	Direito Comercial
1936	João Alves da Rocha Loures	<i>Da cláusula 'rebus sic stantibus' nos empréstimos públicos externos</i>	Catedrático	Ciência das Finanças
1936	José Farani Mansur Guérios	<i>Condição jurídica do apátrida</i>	Catedrático	Direito Internacional Privado
1936	Manoel Lacerda Pinto	<i>O fundamento do imposto</i>	Catedrático	Ciência das Finanças
1936	Omar Gonçalves da Motta	<i>A garantia dos salários</i>	Catedrático	Economia Política
1936	Omar Gonçalves da Motta	<i>O sindicato e a realidade brasileira</i>	Livre Docente	Direito Ind. e Legislação do Trabalho
1937	Carlos de Brito Pereira	<i>Da recusa de pagamento do cheque em relação ao sacado e ao emissor</i>	Catedrático	Direito Comercial

Ano	Autor	Título	Concurso	Área
1937	Carlos Frederico Beltrão Pernetá	<i>A dinâmica em direito comercial</i>	Catedrático	Direito Comercial
1937	Manoel de Oliveira Franco Sobrinho	<i>Do conceito do contrato administrativo</i>	Livre Docente	Direito Administrativo
1938	Ernani Guarita Cartaxo	<i>Fontes romanas da legitimação 'per subsequens matrimonium'</i>	Livre Docente	Direito Romano
1938	Homero Batista de Barros	<i>Classificação jurídica da rescisória</i>	Livre Docente	Direito Judiciário Civil
1938	Humberto Grande	<i>A nova cultura jurídica</i>	Livre Docente	Introdução à Ciência do Direito
1943	José Nicolau dos Santos	<i>Fundamentos Jurídicos da Transformação do Estado</i>	Catedrático	Direito Internacional Público
1943	Laertes de Macedo Munhoz	<i>Da causalidade subjetiva no código penal brasileiro</i>	Livre Docente	Direito Penal
1945	Altino Portugal Soares Pereira	<i>A capacidade civil por maioria deverá ser uniforme nos diversos ramos do Direito</i>	Livre Docente	Direito Civil

Além dessas informações, o banco de dados relativo à documentação existente sobre o curso contará também com organogramas da estrutura administrativa do curso, acompanhando as mudanças ocorridas ao largo desse primeiro século de existência, e com os programas de ensino digitalizados, conforme se observa na Figura 2.

Percebe-se assim que há uma gama de resultados preliminares alcançados com a execução dos Projetos, os quais já formam um grande arquivo organizado de fontes sobre o curso, o que não apenas contribui para o resgate de sua memória, mas também serve como fonte para as pesquisas em curso e para futuros pesquisadores.

Figura 2 Programa da Disciplina de Direito Civil, lecionada no segundo ano do curso de Direito, elaborado pelo catedrático Manoel de Oliveira Franco em 1928.



2.2. Resultados relativos às biografias e à prosopografia

O levantamento biográfico e prosopográfico dos professores da casa, como já anteriormente explanado, é um dos pontos altos de ambos os projetos ora apresentados. Os projetos tiveram como objetivo comum o levantamento dos nomes de todos os professores que lecionaram no curso de Direito desde a sua criação. Diferentes fontes foram consultadas a fim de que pudesse ser gerada uma listagem em que estivesse presente o maior número de informações a esse respeito. Nesse particular o Projeto «Memória: 100 anos de Direito Civil» está mais avançado, tendo em vista que os pesquisadores a ele vinculados já levantaram a totalidade dos nomes de professores que lecionaram a disciplina, desde a criação da Faculdade em 1912 até os dias atuais. Quanto às demais disciplinas, tem-se uma listagem parcial que alcança a década de 1950.

A recuperação dos nomes de todos os professores do curso e de seus dados biográficos além de servir à recuperação da memória da Faculdade, proporciona diversos tipos de análises do grupo intelectual estudado, já que, igualmente, consiste em um banco de dados permanente à disposição de eventuais pesquisadores interessados.

Dando início a utilização desses dados, nas mencionadas dissertações de mestrado inseridas no projeto, foram organizadas três diferentes tabelas prosopográficas específicas (uma relativa aos dados pessoais, uma a trajetória e uma a produção pessoal de cada professor do período estudado) que permitiram uma série de discussões, pelos pesquisadores, acerca do perfil e da dinâmica do grupo estudado (professores da casa entre 1912 e 1950). Foi buscada, por exemplo, a aferição de características comuns (permanentes ou transitórias) do grupo, seja no tocante ao seu «modo de ser», seja no tocante ao seu «modo de pensar». Além disso, nos referidos trabalhos a análise prosopográfica contribuiu ainda para a verificação do padrão de ensino e da Ciência Jurídica, temas que foram, em alguma medida, tratados nas mencionadas dissertações.

A título ilustrativo, será demonstrada a seguir uma das diferentes abordagens que podem ser construídas a partir do amplo levantamento de dados empreendido nos projetos ora divulgados.

Para tanto, se fará uso da análise realizada na pesquisa intitulada *Ciência, Ensino e Código: Lentes, Elites e Direito Civil nos albores da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná (1912-1945)*²⁵, relacionada ao «modo de ser» dos primeiros professores da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná²⁶, embasada em anterior estudo do professor Ricardo Marcelo Fonseca sobre os juristas imperiais.

Ao estudar o «modo de ser» do jurista imperial o mencionado historiador do direito brasileiro pauta-se na via interpretativa aberta pelo espanhol, Carlos Petit, que vislumbrou na Espanha liberal a possibilidade de identificar-se «tipos ideais de jurista»²⁷. Modelos estes que, segundo Fonseca, podem servir também para a realidade brasileira.

das.

²⁵ CROCKETI, Priscila S. *Op. Cit.*

²⁶ A tentativa de verificar alguns traços do «modo de ser» do primeiro grupo de professores da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná foi também realizada na já mencionada dissertação de mestrado de

Ricardo Marcelo Fonseca afirma que a despeito da necessidade de aprofundar a pesquisa, é possível, grosso modo, vislumbrar no Brasil os «tipos ideais» apontados por Petit. De início, Fonseca sustenta a existência de um jurista de tipo «eloquente». Para tanto, chama a atenção no sentido de que os cursos jurídicos no Brasil também eram dotados de cursos preparatórios (previstos pela Lei 11 de agosto de 1827), de forma que os estudantes, antes de adentrar no estudo das matérias necessárias à obtenção da láurea, deveriam se habilitar em determinados saberes da humanidade (língua francesa, gramática latina, retórica, filosofia racional e moral e geometria). Ademais, enfatiza que outro atributo notável do jurista de boa parte do século XIX foi a sua forte atuação literária, jornalística e política²⁸.

Por outro lado, para Fonseca, a partir da segunda metade do século XIX outro perfil de jurista começa a se sobressair. Figura exemplar é o jurista Augusto Teixeira de Freitas, que traz consigo, de maneira acentuada, a presença da doutrina alemã. A obra de Teixeira de Freitas representa a tentativa de busca de outros padrões e de uso de outros referenciais teóricos em oposição aos tradicionais manuais impregnados da escolástica e de um jusnaturalismo «ancien régime». A reflexão da chamada escola do Recife (dotada de tons germânicos e cientificistas) é também, segundo o autor, outro elemento que denota a construção no Brasil do modelo do «jurista cientista» em substituição ao «jurista eloquente».

A Reforma do ensino de 1890, que suprimiu a disciplina de Direito Eclesiástico e estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de História do Direito nas Faculdades, bem como a obrigatoriedade da criação de uma Revista Acadêmica, em cada uma das Faculdades, indica, segundo Fonseca, um passo importante na passagem de um tipo de saber que era, sobretudo, voltado para a oralidade para um tipo de saber voltado para a escrita.

Deve ser anotado, entretanto, que esse passo decisivo para o modelo de jurista «perfil cientista», de que trata Fonseca, que acaba por se tornar majoritário, sobretudo após o primeiro terço do século XX, é fruto de um movimento paulatino e, em certo período de tempo, conviveu com o «perfil eloquente».

E é exatamente nesse momento de transição que parece estar o grupo paranaense do início do século XX. Com base nas reflexões de Fonseca e no levantamento de dados pessoais, de trajetória e de produção intelectual dos professores da casa, foi possível ponderar: «parece que a primeira turma de professores da FDUP, no que diz respeito ao seu modo de ser, está, no início do século XX, muito próxima do tipo 'eloquente', mesmo sendo sentida a propaganda e a defesa do proceder cientificamente. De modo que é possível afirmar que o jurista 'eloquente', que nas portas do século XX não mais goza do prestígio de outrora, ainda tinha lugar no Paraná desse período».²⁹

A partir do estudo foi possível também notar «estarem os lentes paranaenses, muitos dos quais formados ainda nas últimas décadas do século XIX, bastante embebidos pelo padrão de

Paulo H. D. Drummond.

²⁷ O primeiro desses «tipos ideais» é o jurista «eloquente», «romântico», que valoriza os atributos da palavra falada e as vantagens da oralidade, sendo o advogado exemplo por excelência desse modelo, o qual é um verdadeiro tribuno. Por isso, é que há na Espanha liberal, segundo Petit, o renascimento da retórica como ferramenta a ser utilizada pelo jurista-advogado. Houve nesse período a paralela revalorização dos estudos da Antiguidade Clássica e o prestígio da figura de Cícero. É por esse motivo que também a literatura aparece como elemento fundamental na tarefa do advogado, assim como o estudo de outros saberes e humanidades, tais como a filosofia, a história e línguas estrangeiras. Os juristas desse tipo ideal estudam as leis frias e desprovidas de impacto estético, porém estudam Cícero e os grandes oradores, os poetas e romancistas, os retóricos, os filósofos e os historiadores que, neste século XIX, poderiam adornar uma carga discursiva na direção de uma intervenção eloquente. A partir dos anos 80 do século XIX verifica-se a emergência de outro perfil de jurista, que aos poucos vai se formando e se consolidando: o do jurista que progressivamente vai passando a valorizar a palavra escrita, o jurista que vai constituindo revistas acadêmicas, que passa a valorizar não mais a retórica, mas a solidez dos argumentos científicos. O modelo do jurista professor tão forte nas universidades alemãs vai impactando em maior grau a universidade espanhola e constituindo um novo paradigma que vai cada vez mais se consolidando e se estabelecendo, o do assim chamado «jurista cientista». FONSECA, R. M. *Os juristas e a cultura jurídica brasileira na segunda metade do século XIX*. In: **Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno**. n.º 35. Milano: Giuffrè, 2006.

PETIT, Carlos. **Discurso sobre el discurso: oralidad y escritura en la cultura jurídica de la España liberal**. Lección Inaugural Curso Académico 2000-2001. Huelva: Publicaciones de la Universidad de Huelva, 2000.

²⁸ FONSECA, Ricardo Marcelo. *Op. Cit.*

²⁹ CROSETTI, Priscila S. *Op. Cit.*, p.

jurista 'eloquente' próprio do período imperial. Circunstância esta que revela serem eles homens de transição. Isso porque, muito embora o jargão cientificista esteja presente em seus pen-dores pessoais é inegável que um expressivo apego às práticas científicas, voltadas para a escrita e para construções puramente objetivas não foi o padrão desse grupo»³⁰.

Desse modo, percebe-se que a pesquisa relacionada às biografias coletivas proporciona tipos de análise interessantes à reflexão historiográfica jurídica, permitindo um complexo de leituras que podem ser relacionadas ao contexto histórico, além de estudos comparativos entre a experiência local e uma mais ampla ou mais distante.

Pensando nessas possibilidades de análise, foram elaborados alguns quadros prosopográficos que trazem os principais dados por ora localizados sobre a primeira turma de professores e, especificamente, sobre os civilistas da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná.

As Tabelas 4 e 5 acima trabalham, essencialmente, com aqueles nomes que foram escolhidos para ocuparem as cadeiras do recém-inaugurado curso de Direito da Universidade do Paraná em 1912. Entretanto, alguns outros nomes foram adicionados aos primeiros (Enéas Marques, João Ribeiro de Macedo Filho, José de Alencar Ramos Piedade, Manoel de Oliveira Franco, Clotário de Macedo Portugal, José Augusto Ribeiro, Lindolpho Pessoa Marques e José Henrique de Santa Ritta), tendo em vista que, ao que as fontes indicam, alguns destes sequer chegaram a lecionar, como, por exemplo, Emiliano Pernetta e Claudino dos Santos.

Por outro lado, das Tabelas 4 e 5 acima foram excluídos os nomes dos professores João de Moura Brito e Alfredo de Assis Gonçalves, ambos médicos (e não juristas) encarregados da cadeira de Medicina Legal. Também foram excluídos os professores José Amadeu César (catedrático de Direito Comercial, que deixa o corpo docente já em 1916), Pedro Marques (interino da cadeira de Direito Internacional Privado, contratado no ano de 1916) e Antônio Victor de Sá Barreto, catedrático de Direito Internacional Privado, por não haver sido possível encontrar dados biográficos desses professores.

Outro dado importante é o de que a maior parte das informações sobre os dados pessoais, a formação, a trajetória profissional e a produção pessoal (jurídica ou não) dos nomes estudados foi tirada do Arquivo Inativo da Direção da Faculdade de Direito, que possui fichas pessoais para a maioria dos professores, assim como de livros, folhetos e recortes de jornais, da seção paranaense da Biblioteca Pública do Paraná.

Interessante, por fim, mencionar que no tocante à Tabela 5, que trata da produção pessoal dos professores, a divisão entre textos jurídicos ou não jurídicos foi proposital e contribuiu para as análises, realizadas pelos pesquisadores que as criaram, sobre o perfil dos primeiros professores da casa, especialmente no tocante ao «modo de ser», e sobre a Ciência Jurídica no Paraná do período.

Tabela 4. Dados pessoais e trajetória dos professores - A presente Tabela é uma adaptação das Tabelas confeccionadas pelos pesquisadores Priscila Soares e Paulo Drummond, as quais podem ser encontradas nas dissertações de mestrado por eles produzidas.

Nome	Cadeira na Faculdade de Direito	Nascimento e Falecimento	Graduação	Cargos Públicos e/ou Políticos	Outras atividades
Benjamin Baptista Lins de Albuquerque	Catedrático de Enciclopédia Jurídica (1913), Filosofia do Direito (1914-1930), Introdução à Ciência do Direito (1931-1943).	Paraíba do Norte (hoje João Pessoa), Paraíba, 29.01.1876. Faleceu em 13.01.1951.	Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife – FDR (17.12.1904), tendo sido orador da turma.	Diretor Geral da Educação do Estado após a Revolução de 1930, no Governo Mario Tourinho. Procurador Regional da Republica (1933-1934).	Exerceu a advocacia até 1949. Foi incumbido de elaborar a Consolidação das Leis Municipais a pedido do então Secretário do Interior e Justiça e Instrução Pública Luis Xavier (1909)
Otávio Ferreira do Amaral e Silva	Catedrático de Direito Romano (1913- 1947).	Lapa, Paraná, 11.12.1869. Faleceu em Curitiba, Paraná, 1941.	Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo - FDSP (1885-1889).	Foi Deputado Estadual no Paraná (1892). Fez parte do Congresso Constituinte de 1893 a 1895. Foi Promotor Público em Curitiba e em São Paulo (1890). Procurador Geral do Estado (1900 a 1904) no governo Xavier da Silva. Secretário do Interior e Justiça (1900). Juiz de Direito em Curitiba (1918-1919). Deixa a magistratura para voltar à advocacia, em Curitiba. Nomeado Desembargador (1931), aposentou-se em 11.12.1937.	Em período em que esteve afastado da magistratura, advogou em Curitiba.
Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo	Catedrático de Economia Política e Finanças (1913-1947, quando é jubulado).	Campo Largo, Paraná, 05.07.1872. Faleceu em Curitiba, Paraná, 2.05.1955.	Bacharel em Direito pela FDSP.	Procurador Fiscal do Estado; Procurador Geral da Justiça (1898); Diretor da Instrução Pública, Advogado Geral do Estado; Desembargador do Superior Tribunal de Justiça do Estado.	Colaborou com assiduidade na imprensa local, tanto com artigos literários quanto jurídicos e técnicos. Colaborador de «A Idéia» (1888), da «Revista do Clube Curitibano», «Almanaque Paranaense», «Diário do Paraná», «O Comércio» (Redator Chefe), «A Notícia», «Diário da Tarde», «O Dia e Sonetos Regionais». Professor de Português da Escola Normal e no Ginásio Paranaense.
Marins Alves de Camargo	Em 1912 catedrático de Direito Internacional Público e Diplomacia (que inicia apenas em 1914)	Guarapuava, Paraná, 22.02.1882. Faleceu em 12.04.1962.	Bacharel em Direito pela FDSP (1903).	Promotor Público (1904-1905); Deputado Estadual (1910-1911); Secretário de Interior e Justiça (1912); Secretário de Obras Públicas e Colonização (1913-1916); Deputado Estadual reeleito no biênio 1918-1919; Secretário Geral de Estado (1920); Deputado Federal (1923); 1º Vice-governador do Estado (1924-1928); Senador da Republica (1929-1930); Membro do Conselho Administrativo do Estado (1930).	

Nome	Cadeira na Faculdade de Direito	Nascimento e Falecimento	Graduação	Cargos Públicos e/ou Políticos	Outras atividades
Pamphilo de Assumpção	Catedrático de Direito Civil (1913-191?).	Curitiba, Paraná, 07.09.1868. Faleceu em Curitiba, 15.01.1945.	Bacharel em Direito pela FDSP (1889).	Consultor Jurídico do Paraná (1912).	Advogado em São Paulo e em Curitiba. Colabora na imprensa local com crônicas e críticas relacionadas à pintura, escultura e música.
Afonso Alves de Camargo	Catedrático de Direito Civil (1913 - 1945)	Guarapuava, Paraná, 25.09.1873. Faleceu em 17.04.1958.	Bacharel em Direito pela FDSP (1891-1894).	Deputado Estadual (1896 a 1907); Vice-Presidente da Província Paraná (1908 a 1912; e de 1912 a 1916); Presidente da Província do Paraná (1916 a 1920); Deputado Federal (1921 a 1922); Senador (1922 a 1927); novamente Presidente do Paraná (1928 a 1930); Promotor Público em Curitiba (1894).	
Flávio Luz	Catedrático de Direito Criminal (1913). Renunciou a cadeira em 1914.	Paranaense, nasceu em 18.08.1887.	Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (1908).	Secretário do Superior Tribunal de Justiça do Paraná. Nomeado oficial interino do Registro de Imóveis e Títulos da Capital (1909). Em janeiro de 1913, como seu pai pediu demissão, habilitou-se em concurso e a 11 de abril foi promovido vitaliciamente no cargo de oficial do Registro de Imóveis da Capital.	Quando Secretário do STJ do PR foi redator da Revista de Direito do Paraná. Dedicou-se ao magistério, lecionando particularmente até 1912, quando adquiriu, por compra, o Ginásio Curitibano, que dirigiu até fins de 1916. Em junho de 1915 fundou a «Revista de Espiritualismo», que dirigiu por anos. Colaborou na imprensa local em assuntos religiosos e sociais.
Manoel Vieira de Alencar	Catedrático de Direito Civil (1913-1951, quando se aposentou).	Mata Grande, Alagoas, 20.02.1873. Faleceu em 20.01.1960.	Bacharel em Direito pela FDR (1892).	Promotor Público de Traipú e Murici, em Pernambuco. Juiz de Direito de Palmeira, Paraná. Procurador Fiscal do Tesouro Federal. Deputado Estadual.	Advogou para os Bancos Alemão Transatlântico, Francês Italiano e Banco do Brasil, também das Companhias Standard Oil Comapny of Brazil e da Byngton & Cia.
Manoel Bernardino Vieira Cavalcanti	Catedrático de Direito Comercial (1913-?)	Barreiros, Pernambuco, 21.03.1869. Faleceu em Curitiba, Paraná, em 31.10.1936.	Bacharel em Direito pela FDR (1891)	Promotor Público no interior de Pernambuco. Delegado de Polícia (1894); Juiz de Direito em Cerro Azul, Paraná (1895) em São José dos Pinhais e em Curitiba. 11º Procurador-Geral do Ministério Público do Paraná (1900 - 1908); Desembargador (1910); Chefe da Polícia Paranaense em 1912; Presidente do Superior Tribunal de Justiça do Paraná (1921-1922 e 1925-1927).	

Nome	Cadeira na Faculdade de Direito	Nascimento e Falecimento	Graduação	Cargos Públicos e/ou Políticos	Outras atividades
Emiliano Pernetta	Catedrático de Direito Criminal (1913-1916).	Pinhais, Paraná, 03.01.1866. Faleceu em Curitiba, Paraná, 19.01.1921.	Bacharel em Direito pela FDSP (15.11.1889).	Magistrado em Minas Gerais.	Em São Paulo inicia no jornalismo, colaborando em várias folhas e dirigindo «Vida Seminária». Também exerce o jornalismo no RJ. Foi professor (concurado) da cadeira de português do Ginásio Paranaense. Poeta paranaense de renome nacional.
Hugo Gutierrez Simas	Catedrático de Economia Política (1913), Catedrático de Direito Público Constitucional (1914-1923).	Paranaguá, Paraná, 23.10.1883. Faleceu no Rio de Janeiro 27.10.1941.	Bacharel em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro (1908). Formado em Farmácia.	Promotor Público em Antonina (1909); Deputado Estadual; integra a Comissão Legislativa da Comissão de Direito Marítimo (1931); Procurador Geral do Estado (1932); Desembargador do então Tribunal de Apelação (1933); Presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1937); Escriurário da Estrada de Ferro Central do Brasil.	Militou no jornalismo político, redigindo artigos para o «Diário do Comércio». Dirigiu os jornais «Diário da Tarde» e «Correio do Paraná». Foi professor das cadeiras de Português e Pedagogia e da Escola Normal (1912). Professor da cadeira de Lógica, História da Literatura e Filosofia do Ginásio Paranaense (1916). Mudou-se para o RJ em 1921 para advogar, onde exerceu o cargo de consultor jurídico do Lloyd Brasileiro.
Euclides Bevilacqua	Catedrático de Teoria e Prática do Processo Civil e Criminal (1913-197).	Viçosa, Ceará, 15.10.1869. Faleceu em Curitiba, Paraná, 29.03.1928.	Bacharel em Direito pela FDR (1891).	Membro do Diretório Regional do Paraná da Liga da Defesa Nacional (1917); Promotor Público de Tefé e Manicoré, Amazonas (1892); Juiz Municipal de Codajós, Amazonas (1892); Juiz de Direito da Comarca de Palmas (1892) e de Curitiba (1896); Procurador-Geral de Justiça (1900); Desembargador do STJ (1901); Presidente do STJ (1920-1921), Procurador Geral do Estado; Presidente do STJ (1920); Presidente do Conselho Penitenciário do Paraná (1924); aposentado em 1924.	Exerceu a advocacia a partir de 1924.

Nome	Cadeira na Faculdade de Direito	Nascimento e Falecimento	Graduação	Cargos Públicos e/ou Políticos	Outras atividades
José Maria Pinheiro Lima	Catedrático de Teoria e Prática do Processo Criminal (1913-1951).	Antonina, Paraná, 21.04.1879. Faleceu em Curitiba, Paraná, 19.12.1957.	Bacharel em Direito pela FDSP (1898-1902).	Promotor Público na Lapa (1899-1904). Juiz Municipal de União da Vitória (1904). Promotor Público em Curitiba (1905-1916) e em Ponta Grossa (1916, não havendo assumido o cargo). Assume o cargo de Promotor Público em Ponta Grossa (1921). Procurador Regional da Justiça Eleitoral. Juiz Eleitoral.	
Claudino Rogoberto dos Santos	Catedrático de Ciências das Finanças e Direito Administrativo (1913-19?)	Recife, Pernambuco, 04.01.1862. Faleceu no Rio de Janeiro, 07.02.1917.	Bacharel em Direito pela FDR (1886)	Secretário de Viação, Diretor de Instrução Pública, Secretário do Interior e Justiça; Juiz Federal do Paraná; Juiz Municipal de Morretes; Prefeito Municipal de Curitiba (1917).	Advogou em Recife e no Paraná; Em Recife atuou no «Diário de Notícias» (1889); Jornalista; um dos principais redatores do jornal «A Federação»; redigiu «A Notícia».
Raul Faria	Admitido como substituto da 1ª Seção (1913-19?)	Faleceu em 6 de abril de 1920.		Promotor Público em Curitiba.	Jornalista. Foi redator chefe do jornal diário «A Tribuna». Poeta e escritor.
Antonio Martins Franco	Admitido como substituto da primeira série de Direito Penal em 1912. Aposentado em 1952.	Campo Largo, Paraná, 13.06.1885. Faleceu em Curitiba, Paraná, 04.09.1968.	Bacharel em Direito pela FDSP (1909).	Promotor Público e Inspetor Escolar de Imbituva (1910-1911), Palmeira (1911-1912), Curitiba (1916); Inspetor Judiciário de Curitiba. Oficial de Gabinete do Presidente do Estado. Juiz de Direito de São João do Triunfo, mediantes concurso (1907), de Palmeira, São Mateus do Sul, Rio Negro e Lapa (1924), Curitiba (1924-1926). Desembargador do Estado do Paraná, havendo sido presidente desta Corte e do Tribunal Regional Eleitoral. Procurador Geral do Estado.	

Nome	Cadeira na Faculdade de Direito	Nascimento e Falecimento	Graduação	Cargos Públicos e/ou Políticos	Outras atividades
Carlos Pinheiro Guimarães	Professor Substituto da 5ª Seção (1913). Aposentado em 20.02.1934.	Curitiba, Paraná, 09.10.1880. Faleceu em 02.09.1967.	Bacharel em direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (1905).	Promotor Público em Antonina (1907). Juiz Direito em Morretes (1908), União da Vitória e Curitiba (1920), Sub-Procurador de Justiça do Estado do Paraná. Delegado auxiliar junto à Chefatura de Polícia. Juiz de órfãos, interditos e ausentes. Desembargador do Superior Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (1924), do qual foi presidente; 1º Presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1932).	
Enéas Marques	Catedrático da cadeira de Direito Judiciário Civil (1921-14.08.1953, quando é aposentado por Decreto).	Curitiba, Paraná, 12.01.1883. Faleceu em Curitiba, 14.10.1961.	Bacharel em Direito pela FDSP (1906).	Nomeado Oficial de Gabinete de Alencar Guimarães (Presidente do Estado), permanecendo no cargo no governo de Xavier da Silva. Promotor Público para a Comarca de Palmeira (1908), São José dos Pinhais, Curitiba; Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública (1916), no governo de Afonso Camargo; durante o governo de Manoel Ribas participou do Conselho Consultivo do Estado. Deputado, chegou a presidir a Assembleia Provincial; Senador e Deputado Federal.	Advogado militante (na advocacia militar). Colaborador dos jornais «A República» e «O Dia» e da «Revista da Academia Paranaense de Letras».
João Ribeiro de Macedo Filho	Catedrático de Direito Comercial.	Campo Largo, Paraná, 21.09.1883. Faleceu em 4.08.1949.	Bacharel em Direito pela FDSP (1908)	Delegado de Polícia de Curitiba (1909). Consultor Jurídico da Prefeitura (1925 a 1930). Auditor Substituto da 5ª RM (1932 a 1949); Secretário Geral do Estado (1930); Secretário dos Negócios da Fazenda do Estado (1945).	Advogado militante.
José de Alencar Ramos Piedade	Ingressou como professor substituto da 3ª seção, Direito Civil (1916), mediante concurso.				Redator da «Gazeta dos Tribunais: revista mensal de doutrina, jurisprudência e legislação» (criada em novembro de 1913).

Nome	Cadeira na Faculdade de Direito	Nascimento e Falecimento	Graduação	Cargos Públicos e/ou Políticos	Outras atividades
Manoel de Oliveira Franco	Catedrático de Direito Civil. Inicia suas atividades em 1917. Aposentado em dezembro de 1954.	Curitiba, Paraná, 30.12.1884. Faleceu em 27.07.1967.	Bacharel em Direito pela FDSP (1906).	Promotor Público em Jaguariávia, Ponta Grossa e Curitiba. Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública (1918). Deputado Estadual. Presidente da Comissão Revisora (art. 28 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal); Presidente do Conselho Penitenciário; Presidente do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal do Paraná.	Advogado militante.
Clotário de Macedo Portugal	Catedrático Direito Penal (1918-1946).	Campo Largo, Paraná, 08.01.1881. Faleceu em 09.02.1947.	Bacharel em Direito pela FDSP (1905).	Promotor Público em Tibagi (1906) e Jaguariávia; Juiz de Direito em União da Vitória (1908), Palmas, Rio Negro e Curitiba (1919); Procurador Geral de Justiça do Estado (1916-1918; 1921-1924); Desembargador (1924); Corregedor Geral de Justiça (1924); Chefe de Polícia; Secretário de Negócios da Fazenda, Interior, Justiça e Instrução Pública; Interventor Federal do Estado, quando Presidente do Supremo Tribunal de Justiça (1945).	
José Augusto Ribeiro	Ingressa como Substituto (1918). Aposentado em 1948.				
Lindolpho Pessoa Marques	Professor Substituto 2ª seção (1918); Catedrático de Direito Público e Constitucional (1923).	Nasceu em Bananeiras, Paraíba, em 11.02.1882.	Bacharel em Direito pela FDR (1900-1904).	Promotor Público de São José da Boa Vista (1905); Delegado de Polícia em Curitiba (1905). Promotor Público em Curitiba (1906-1910). Aprovado em concurso para o cargo de Juiz de Direito (1911-1916). Nomeado Chefe de Polícia (1916-1920), no governo de Afonso Alves de Camargo. Juiz de Direito de das Comarcas de Guarapuava, Palmas e da Capital (Vara Cível e Comércio). Deputado Federal (1921-1926).	
José Henrique de Santa Ritta			Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (1895).	Procurador Geral da República (1898). Juiz Municipal de Cerro Azul, Paraná (1901), Campo Largo (1902), Lapa (1910), Curitiba. Desembargador (1919).	

Tabela 5. *Produção Pessoal da primeira geração de professores - Esta tabela foi elaborada pelos pesquisadores Priscila S. Crocetti e Paulo H. D. Drummond e foi publicada nas já mencionadas dissertações por eles escritas. Os locais vazios indicam que nenhuma fonte foi localizada a respeito.*

Nome	Produção simbólica		
	Textos jurídicos	Textos literários	Outros (discursos, conferências, textos historiográficos)
Benjamin Lins de Albuquerque	Notas Rápidas acerca do movimento geral do direito (artigo publicado na RA, 1934). Ação Anulatória (razões judiciais, s/d); Ação de Cobrança (razões judiciais, s/d); Ação Ordinária Rescisória (razões judiciais, 1909); Ação de Repetição (razões judiciais, 1913); Razões finais de apelação (1921);		Discurso proferido por ocasião do lançamento da pedra fundamental do Edifício da Universidade do Paraná (31.08.1913);
Octávio do Amaral			Discurso de inauguração da Secretaria de Agricultura do Paraná (exemplar de 21.12.1903, «A República»).
Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo	Inovações nas leis processuais (artigo RPI, 1926); Justiça atrazada, injustiça qualificada e manifesta... (artigo RPI, 1927); De Economia Política (Lição inaugural proferida para abertura do ano letivo de 1934, do curso de direito da Universidade do Paraná) Estudos de Direito (1900), Aparentamentos sobre o Ministério Público do Paraná (1900), A Igreja e o Estado (1900); Testamento nuncupativo: apelação civil nº 138 da Comarca de Palmas (1902); Autonomia Municipal (1908); Ação de indenização contra a Fazenda Nacional (1909); Cooperativas de Crédito de Consumo (1913), Código do Ensino (1916), Codificação do Processo Criminal (estudo, realizado como deputado, sobre o Projeto de Código de Processo Criminal elaborado pelo Des. João Baptista da Costa Carvalho Filho, 1919), Organização Judiciária do Estado do Paraná (1919), Projeto de Revisão dos Códigos de Processo Civil e Comercial (1919); Enfitese de Terras Públicas (resposta a consulta do Departamento de Terras e Colonização, 1936); Pelo direito: razões contrárias ao recurso extraordinário interposto pelo Estado do Paraná versus F. R. Azevedo Macedo (1941).	Literatura em prosa e verso. Sonetos: De Curitiba a Paranaquá. «Poeta primoroso escreveu o Hino do Paraná» (Alma das Ruas, v. 1, p. 208)	Autonomia municipal: discurso pronunciado pelo Dr. Azevedo Macedo na Sessão do Congresso Legislativo do Estado em 14 de março de 1908 (1908); Código de Posturas de Curitiba (1918); Campo Largo e o seu primeiro juiz de direito: discurso proferido na comemoração do centenário da vida do grande magistrado Ministro Antonio Joaquim Macedo Soares (1938). Conquista Pacífica de Guarapuava (1951).
Marins Alves de Camargo			Pamphilo

Nome	Produção simbólica		
	Textos jurídicos	Textos literários	Outros (discursos, conferências, textos historiográficos)
Pamphilo de Assumpção	<p><i>Economia Política</i> (tese apresentada no concurso para professor substituto na FDSP, 1897 – doutorado?); Prefácio à obra <i>Praxe brasileira</i>, de Joaquim Ignácio Ramalho (1904); Prefácio ao primeiro volume da <i>Gazeta dos Tribunais</i> (GT, 1913); <i>Estudos Jurídicos</i> (reunião de monografias versando sobre sucessão, posse, propriedade, 1923); <i>Das nulidades do processo civil e comercial</i> (RPJ, 1925); <i>Verificação de crédito nas falências</i> (RPJ, 1925); <i>Letras de Câmbio</i> (artigo RPJ, 1925); <i>Concurso de credores: Não é parte legítima para estar em juízo, como cessionário de crédito hypothecário, quem não se mostra legalmente habilitado</i> (artigo RPJ, 1926); <i>Processo Criminal – Prazo para Recorrer</i> (artigo RPJ, 1926); <i>O Nome</i> (artigo RPJ, 1926); <i>O Paraná Judiciário</i> (artigo RPJ, 1926); <i>Prisão Prevetiva</i> (artigo RPJ, 1927); <i>Accidentes de Trabalho</i> (artigo RPJ, 1927); <i>A clausula 'reservati domini'</i> (artigo RPJ, 1928); <i>Sobre contas assignadas</i> (artigo RPJ, 1929); <i>Embargos de Terceiro</i> (artigo RPJ 1930); <i>Renuncia de Foro</i> (artigo RPJ 1930); <i>O portador que não tira em tempo hábil e forma regular o instrumento de protesto da letra de cambio perde o direito de regresso contra o sacador, endossadores e avalista</i> (artigo RPJ 1930).</p> <p><i>Ação de manutenção de posse entre partes</i>: AA. <i>O Município de S. José dos Pinhais e outros</i>, R. A. <i>Companhia Telephonica do Paraná : razões finais dos autores</i>. (1917?); <i>Pareceres do Consultor Jurídico do Estado</i> (1913).</p> <p><i>Razões finais de apelação</i> (1905).</p>		<p>Foi autor de crônicas, ensaios e críticas literárias. Colaborou para os jornais «A República», «Diário da Tarde», «Comércio do Paraná», «A Ilustração Paranaense», dentre outros. Museu Paranaense: paisagem local; Família: quatro paisagens em aquarela; Revista Ilustração Paranaense, n° 2, 1927: Ilustração «Curitiba de Outrora».</p>
Afonso Alves Camargo			<p><i>A Campanha do Contestado</i> (discurso proferido em manifestação popular em comemoração à data de regresso do General Setembrino da Campanha do Contestado, 1915)</p>
Flávio Luz	<p><i>O trabalho penal</i> (série de artigos apresentados no jornal Diário da Tarde, 1908)</p>		
Vieira de Alencar	<p><i>Prescrição da ação real de reivindicação</i> (RPJ, 1929).</p> <p><i>Um caso de defloramento</i> (defesa apresentada em processo patrocinado pelo autor, GT, 1913).</p>		
Manoel Bernardino Vieira Cavalcanti	<p><i>Relatório do dr. Chefe de polícia ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública</i> (GT, 1913); <i>Razões finais de apelação</i> (1919); <i>Memorial do agravante</i> (s/d)</p>		

Nome	Produção simbólica			Outros (discursos, conferências, textos historiográficos)
	Textos jurídicos	Textos literários		
Emiliano Pernetta		Primeiro livro de feição parnasiana: «Musicas». Libretos: «Papilio Innocentia», «A vozozinha», «Pena de Talião» (1914), «Setembro», «Alegoria» (1903).		
Hugo Gutierrez Simas	<i>Comentários ao Código de Processo Civil</i> (1940); <i>Compêndio de Direito Marítimo brasileiro</i> (1938). <i>Código Brasileiro do Ar</i> (1939); <i>O Crime do Hotel Biella</i> (1915, razões de defesa sumária de denunciada por homicídio); Redigiu os livros II e III do Projeto do Código Marítimo e o Anteprojeto da Lei Orgânica dos Transportes.	<i>O romance do amor e do poeta: Gonzaga e Marília</i> (1941).	Escreveu crônicas em periódicos, por vezes utilizando-se de pseudônimos como «Clódio de Toledo», «Mne-sarcho de Samos», «Poty Veniero e Santos Gomes»; <i>Direito Aéreo</i> (conferência pronunciada no IAP, 1939); <i>Paranaquí e a República</i> (conferência realizada no Instituto Geográfico Paranaense, 1940), <i>O comando de Caxias na Guerra do Paraguaí</i> (1951)	
Euclides Bevilacqua	Parcer apresentadas em Embargos Cíveis, nº2005, referentes à Apelação Cível nº 8993 (STJPR, 1933)			
José Maria Pinheiro Lima				
Claudino Rogoberto dos Santos		<i>Estatuetas</i> (versos, 1883); <i>Ebuliões</i> (versos, 1884); <i>Sons e Brados</i> (versos, 1886); <i>Fui a Curitiba</i> (cena cômica, 1896); <i>Poema da Dor</i> (versos, 1902); <i>O batizado</i> (poemeto infantil, 1899); <i>Primeiro Livro de Leitura</i> (1902); <i>Segundo Livro de Leitura</i> (1904); <i>Terceiro Livro de Leitura</i> (1906);	<i>Discurso Gabinete Português de Literatura do Recife</i> (1882); <i>Discurso à Memória de Carlos Gomes</i> (1896); <i>Cassino Curitiba</i> (relatório, 1900); <i>Relatórios de Secretaria do Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização</i> (1908-1911); <i>Ligeira excursão pelos caminhos da Psicologia do Ensino</i> (conferência, 1910); <i>Estudo sintético da alma brasileira através de sua formação</i> (conferência cívica, 1911); <i>Lord Bung</i> (revista teatral)	
Raul Faria				
Antonio Martins Franco				Oração de Parainfo (Turma de 1936).
Carlos Pinheiro Guimarães				

Nome	Produção simbólica		
	Textos jurídicos	Textos literários	Outros (discursos, conferências, textos historiográficos)
Enéas Marques	<i>Interdício proibitorium</i> (artigo RPJ, 1925); <i>Relatório da Liga da Defesa Nacional; Ação ordinária em defesa dos direitos de Cyro Vellozo, Defesa de Dario Vellozo, Flávio Luz e Júlio Cesar Hauer; Relatórios da Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública</i> (1916, 1917 e 1918); <i>A Questão da Ilha Grande</i> (Memorial para sustentação oral de Embargos perante o Superior Tribunal de Justiça do Paraná, 1922).		<i>Subvenções religiosas e Lei de Imprensa; Democracia Social e Economia</i> (1935); <i>Pelo Brasil Unido e Forte</i> (1936), <i>O Dia da Pátria</i> (Discurso proferido à Associação dos Funcionários Públicos do Paraná, 1936), <i>In Legibus Sallus</i> (1937), <i>A República e Benjamin Constant</i> (1940); <i>Generoso Marques</i> (1844-1928) (1941). Discursos de Paraninfo (1923, 1925, 1927, 1932, 1935).
João Ribeiro de Macedo Filho	<i>Questões de direito comercial</i> (artigo RPJ, 1925); <i>Projeto da nova lei de falências</i> (artigo RPJ 1928); Defesa em nome do Estado do Paraná quando este decretou a rescisão do contrato para a construção da estrada de ferro de Guarapuava.		<i>A Universidade do Paraná</i> (1927); <i>Universalização do Direito</i> (discurso proferido na solenidade de colação de grau dos bacharéis do ano de 1929); Orações (Contendo 25 discursos proferidos entre 1920-1939, 1940).
José de Alencar Ramos Piedade	<i>Um Instituto de Advogados no Paraná</i> (1913); <i>O jogo</i> (1913); <i>O dano moral</i> (tese apresentada para o concurso de professor substituto, 1916). <i>Memorial dos Apelados em ação de manutenção de posse</i> (1913); Autor da reforma da Constituição do Estado do Paraná de 1926.		
Manoel de Oliveira Franco			
Clotário de Maceo do Portugal	<i>A prescrição da acção de que trata o art. 85 do Código Penal, realizarse-á em um anno quando a condenação impuser pena restrictiva da liberdade pessoal por tempo não excedente de 6 mezes</i> (artigo RPJ, 1925); <i>Do reconhecimento do filho adulterino</i> (tese de cátedra para a cadeira de direito civil, 1956)		
José Augusto Ribeiro			
Lindolpho Pessoa Marques			<i>A defesa nacional</i> (1917)
José Henrique de Santa Ritta			

Por outro lado, como adiantado linhas atrás, além dos resultados levantados acerca da primeira turma de professores de Direito Civil, dentro do projeto «Memória: Cem anos de Direito Civil na UFPR», pretendeu-se investigar e relacionar as biografias de todos os professores que, ainda que transitoriamente, tenham lecionado a cadeira na Faculdade.

Foram levantados, parcialmente, quase setenta nomes, coletados com base nos relatórios acadêmicos que descreviam o corpo docente e suas alterações, e, nas portarias da Direção da Faculdade, que nomeava os professores. Levou-se em conta também as atas das reuniões do Departamento de Direito Civil e Processual Civil, que estabelecia a divisão dos professores entre os diversos anos de curso e ainda o material armazenado no arquivo, tais como provas ou trabalhos que serviram para comprovar que o professor designado realmente lecionou a turma pretendida.

É importante fazer a ressalva de que esta é uma relação parcial, cujo objetivo primário é levantar os nomes que compuseram o corpo docente de Direito Civil, restando ainda como parte do trabalho investigar a fundo a carreira acadêmica dos professores, inclusive para conhecer qual o cargo ocupado dentro da Faculdade. Assim que, a lista parcial consta tanto com professores catedráticos, titulares e substitutos. Apenas para confecção da Tabela 6, optou-se por selecionar os professores que, com base nos documentos pesquisados, assumiram turmas por mais de um ano e em caráter de nomeação definitiva no momento da atribuição didática. Assim, ainda que expoentes de outros ramos do Direito tenham lecionado Direito Civil em um momento transitório da carreira, buscou-se dar ênfase àqueles professores que dirigiram seus estudos e publicações com maior dedicação à civilística.

Em outros termos, foram excluídos da seleção abaixo os professores substitutos, ou aqueles que restaram pouco tempo na docência como Sidney Dittrich Zappa (1978), Antônio Fernando Barros e Silva (1979) e Marcelino Nogueira Sobrinho (1956), estes últimos inclusive sem confirmação se realmente assumiram a função. Outros foram excluídos da seleção por serem catedráticos de outras cadeiras, lecionando Direito Civil apenas em situações excepcionais e temporárias como Benjamin Baptista Lins de Albuquerque (catedrático de Filosofia do Direito), Clotário de Macedo Portugal (catedrático de Direito Penal), Edson Ribas Malachini (Direito Processual Civil), Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo (Economia Política), José Augusto Ribeiro (catedrático de Direito Judiciário Civil).

Ainda, quanto às publicações, foi feito um recorte um tanto arbitrário, selecionando dentre os textos publicados aqueles divulgados no formato livro e de autoria singular do professor relacionado. Assim, em razão da necessária síntese para o presente artigo, a produção de alguns professores, principalmente, por assim dizer, dos pertencentes a geração atual, ficou desfalcada. Para suprir tal falta foram incluídos «links» localizados nas notas, dos currículos Lattes³¹ dos professores, disponíveis *on line* e atualizados por eles mesmos com novos trabalhos.

³⁰ *Idem.*

³¹ A Plataforma Lattes é um veículo de integração de bases de dados de Currículos, de Grupos de pesquisa e de Instituições em um único Sistema de Informações criado e coordenado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento de Pesquisa Científica (CNPq), órgão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do Brasil. Contém uma extensa base de currículos, nomeados de Currículos Lattes, que é tido como padrão nacional no registro da vida pregressa e atual dos estudantes e pesquisadores do país, e é hoje adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa brasileiros (Informações disponíveis em <http://www.cnpq.br/>. Aces-

Nome	Dados pessoais	Trajetória acadêmica e dados profissionais
Affonso Alves de Camargo	Nascido em 25 de setembro de 1873 e falecido em 17 de abril de 1959. Filho de Francisca de Camargo e Pedro Alves da Rocha Loures. Natural de Guarapuava, Paraná. Admitido em 19/12/1912, aposentou-se em 07/05/1945.	Catedrático de Direito Civil (1913-1945). Bacharel em Direito pela FDSP (1891- 1894). Diretor da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná; fundou o Banco do Estado do Paraná. Chefe do Partido Republicano (1908-1916). Deputado Estadual (1896 a 1907); Vice-Presidente da Província Paraná (1908 a 1912; e de 1912 a 1916); Presidente da Província do Paraná (1916 a 1920); Deputado Federal (1921 a 1922); Senador (1922 a 1927); novamente Presidente do Paraná (1928 a 1930) (não terminou o mandato). Promotor Público em Curitiba (1894). Publicações: <i>Razões finais de apelação</i> (1905).
Altino Portugal Soares Pereira	Nascido em 15 de junho de 1916 e falecido em janeiro de 2006. Filho de Clodomira Portugal Soares Pereira e Francisco Cesar Soares Pereira. Natural de Campo Largo, Paraná. Admitido em 08/08/1947, aposentou-se em 08/07/1982.	Livre docente de Direito Civil (1945-1949); catedrático de Direito Civil (1949 - 1982). Sócio Benemérito do Instituto dos Advogados do Paraná. Publicações: <i>A capacidade civil por maioria deverá ser uniforme nos diversos ramos do Direito</i> (tese de livre docência da cadeira de direito civil, 1945); <i>Os herdeiros não podem eximir ao cumprimento dos contratos do de cujus translativos de direito reais sobre imóveis, sob o fundamento de que o adquirente não diligenciou a transcrição de seu título no registro competente</i> (tese de cátedra para a cadeira de direito civil, 1949); <i>Pedido de exclusão de eleitor</i> (1949); <i>A promessa de compra e venda de imóveis no direito brasileiro</i> (1957); <i>Ação de desapropriação</i> (pareceres, 1954).
Ana Carla Harmatiuk Matos ³²	Nascida em 22 de abril de 1973. Filha de Ana Maria Harmatiuk Matos e Reinaldo Matos. Natural de Cascavel, Paraná. Admitida em 03/08/2006.	Graduação em Direito na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC-PR, Brasil (1991/1995). Especialização em Direito Contemporâneo pelo Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos (1996); Mestrado em Derecho pela Universidad Internacional de Andalucía. Título: Aspectos Relativos à Regulamentação da Família Extramatrimonial – Orientador Luiz Edson Fachin (1997); Mestrado em Direito pela UFPR. Título: As Famílias não Fundadas no Casamento e a Condição Feminina - Or. Luiz Edson Fachin (1997-1999); Doutorado em Direito pela UFPR. Título: União entre pessoas do mesmo sexo - aspectos jurídicos e sociais - Orientador Luiz Edson Fachin (2000-2003).
Antônio Alves do Prado Filho	Nascido em 5 de outubro de 1937. Filho de Lázara Alves do Prado e Antonio Alves do Prado. Natural de Jacarezinho, Paraná. Admitido em 09/08/1974, aposentou-se em 27/08/2007.	Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1957-1961). Mestre em Direito Civil pela UFPR - «Do Justo Título na Usucapião Ordinária no Direito Brasileiro». Advogado - fundou o escritório de advocacia «Prado Advocacia» em 1962. Juiz do Tribunal de Alçada do Paraná em 1993. Desembargador do TJ Paraná - aposentado em 2004. Presidente da OAB Paraná (1985-1987).

so em 17/11/2011).

Nome	Dados pessoais	Trajetória acadêmica e dados profissionais
Antônio Martins Franco	Nascido em 13 de junho de 1885, falecido em 4 de setembro de 1968. Filho de Maria Josefina de Souza Franco e Evaristo Martins Franco. Natural de Campo Largo, Paraná. Admitido em 19/12/1912, aposentou-se em 1953.	Bacharel em Direito pela FDSP (1909). Foi o mais jovem a ingressar no Tribunal de Justiça do Paraná. Promotor Público e Inspetor Escolar de Imbituva (1910-1911), Palmeira (1911-1912), Curitiba (1916); Inspetor Judiciário de Curitiba. Oficial de Gabinete do Presidente do Estado. Juiz de Direito de São João do Triunfo, mediante concurso (1907), de Palmeira, São Mateus do Sul, Rio Negro e Lapa (1924), Curitiba (1924-1926). Desembargador (1926) do Superior Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, havendo sido presidente desta Corte e do Tribunal Regional Eleitoral. Procurador Geral do Estado. Admitido como substituto da primeira série de Direito Penal em 19 de dezembro de 1912. Lecionou Direito Civil entre 1925 e 1951. Em 1947, a seu pedido, começou a lecionar a disciplina de Introdução à Ciência do Direito.
Ary Florêncio Guimarães	Nascido em 6 de dezembro de 1915, falecido em 07 de abril de 1988. Filho de Carla Florêncio Guimarães e Eduardo Ferreira Guimarães. Natural de Curitiba, Paraná. Admitido em 12/03/1956, aposentou-se em 07/09/1985.	Bacharel em Direito pela Universidade do Paraná em 19/12/1938 (fundou o jornal universitário Folha Acadêmica, do qual foi o primeiro diretor). Livre docência com a tese «Aspectos da ação popular de Natureza Civil» e Cátedra em Direito Judiciário Civil com a tese «O Ministério Público no Mandado de Segurança» ambos em 30/04/1957. Tomou posse como professor catedrático em 21/09/1960. Coordenador do curso de direito em 1974. Chefe do Departamento de Direito Civil em 1975. Lecionou Direito Civil e Direito Judiciário Civil. Promotor Público da cidade de Wenceslau Brás, Ponta Grossa, Guarapuava e São José dos Pinhais (1937). Sub-procurador do Estado (1947). Chefe de gabinete da Secretaria de Interior, Justiça e Segurança Pública. Secretário da Interventoria Federal do Estado. Procurador Geral do Estado entre 1958-1959 e 1966-1970. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, aposentado em 1974. Procurador de Justiça do Estado Ministério Público de superior instância. Professor Fundador da Faculdade de Direito de Curitiba.
Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk ³³	Nascido em 14/07/1977. Filho de Edson Ruzyk e Eberlê Ader Moro Pianovski. Natural de Curitiba, Paraná. Admitido em 21/01/2008.	Doutorado em Direito das Relações Sociais pela UFPR (2009), Mestrado em Direito das Relações Sociais pela UFPR (2003). Graduação em Direito pela UFPR (1999). Advogado. Publicações: <i>Institutos Fundamentais do Direito Civil e Liberdade(s): Repensando a dimensão funcional do contrato, da propriedade e da família. Famílias Simultâneas: Da Unidade Codificada à Pluralidade Constitucional. Código Civil Comentado.</i>

³²Endereço para acessar o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0802929603563951>

Nome	Dados pessoais	Trajatória acadêmica e dados profissionais
Carmem Lucia Silveira Ramos ³⁴	Nascida em 18 de outubro de 1945, falecida em 2004. Filha de Maria Aparecida Silveira Ramos e Benedito Ramos. Natural de Catanduva, São Paulo. Admitida em 1974.	Bacharel em direito pela PUC-PR em 13 de abril de 1972. Mestrado na UFPR. Tese: «A paternidade fora do casamento: análise e crítica do estatuto vigente no Brasil» (1988). Doutorado pela UFPR com a tese: «De relação existencial de fato a realidade jurídica: uma perspectiva da família sem casamento» (1997). Advogada. Coordenadora do Curso de Direito e conselheira da Ordem dos Advogados do Brasil. Admitida na UFPR como docente livre da cadeira de Direito Civil em 1974. Publicações: <i>Diálogos sobre Direito Civil: Construindo uma racionalidade contemporânea. Família sem casamento: da relação existencial de fato a realidade jurídica. Repensando Fundamentos do Direito Civil Brasileiro Contemporâneo. Direito Civil Constitucional - situações patrimoniais (coordenação).</i>
Elimar Szaniawski ³⁵	Nascido em 16 de maio de 1948. Filho de Mecelao Szaniawski e Ilka Lílian Etzel Szaniawski. Natural de Curitiba, Paraná. Admitido em 01/01/1980.	Graduação em Direito pela UFPR (1974). Mestrado em Direito pela UFPR (1987 - 1989). Dissertação: Os direitos da personalidade e sua tutela. Especialização em Habilitação Específica em Direito Civil - Faculdade de Direito de Curitiba (1978). Doutorado pela UFPR (1993 -1997). Título: Limites e possibilidades do direito de redesignação do estado sexual: estudo sobre o transexualismo - aspectos médicos e jurídicos. Professor de Direito Civil (Direitos da personalidade) na pós-graduação (2002). Publicou na Revista de Direito da UFPR: «O embrião humano: sua personalidade e a embrioterapia. Revista de Direito da UFPR, vol. 46, 2007». «Considerações sobre o princípio da proporcionalidade. Revista de Direito da UFPR, vol. 33, 2000». «Considerações sobre o Direito à intimidade das pessoas jurídicas. Revista de Direito da UFPR, vol. 25, 1989».
Eroulths Cortiano Júnior ³⁶	Nascido em 16/10/1964. Filho de Eroulths Cortiano e Aglair Cortiano. Natural de Curitiba. Admitido em 18/06/1997.	Bacharel em Direito pela UFPR. Mestre em Direito Privado na mesma instituição em 1994; em 2001, doutor em Direito das Relações Sociais. Professor adjunto (graduação, mestrado e doutorado) da UFPR. Professor de Direito Civil e Teoria Geral do Direito Privado na UFPR. Ex-coordenador do programa de pós-graduação em Direito pela UFPR. Procurador do Estado do Paraná. Professor de Direito Civil e Introdução Crítica aos Estatutos Fundamentais do Direito Privado na UniBrasil. Professor adjunto da PUC/PR. Professor Titular da UniCuritiba. Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família. Membro da Comissão de Ensino Jurídico da OAB. Membro do IAP. Publicações: <i>O Discurso Jurídico da Propriedade e suas rupturas.</i>
Francisco José Ferreira Muniz	Nascido em 13 de novembro de 1940, falecido em 22 de junho de 1995. Filho de Maria do Carmo Ferreira Muniz e José Muniz de Mello. Natural de Bauru, São Paulo. Admitido em 1968.	Bacharel em Direito pela UFPR (1963-1967). Juiz e presidente do Tribunal de Alçada, Desembargador do TJPR, diretor da Escola de Magistratura do Paraná. Publicações: <i>Direito de Família (em colaboração com José Lamartine Correa de Oliveira Lyra, 1987). Textos de Direito Civil (1998).</i>

³³ Endereço para acessar o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1899419068096109>

³⁴ Endereço para acessar o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1244187544956433>

³⁵ Endereço para acessar o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3225396955784811>

Nome	Dados pessoais	Trajetória acadêmica e dados profissionais
Gaspar Luiz Lacerda Pinto	Nascido em 11 de novembro, falecido em 14 de dezembro de 1990. Filho de Esther Lacerda Pinto e Manoel Lacerda Pinto. Natural da Lapa, Paraná. Admitido em 1959, aposentou-se em 1987.	Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1945. Foi professor titular e docente livre de Direito Civil. Em 1959 exerceu funções de Instrutor das Cadeiras de Direito Civil, Direito Judiciário e Direito Comercial. Em 1965 obteve a condição de Docente Livre e Doutor em Direito. Em 1969 exerceu funções de Professor Adjunto da Cadeira de Direito Civil. Em 1970 foi titular da Cadeira de Direito Civil em decorrência da aposentadoria do Professor José Rodrigues Vieira Neto. De 1973 a 1974 exerceu a Direção da Faculdade, tendo em vista as férias/impedimento do titular. Também em 1973 foi declarado Professor Titular estável, tendo exercido, no ano de 1974, a vice direção da Faculdade Sociais Aplicadas. Regeu a Cadeira de Estágio e, em caráter extracurricular, a Cadeira de Direito Judiciário Civil (primeiro semestre de 1976), especificamente sobre a matéria de Processo de Execução (quarto ano do curso). Advogado autônomo e da Consultoria Geral do Estado do Paraná. Foi chefe de Gabinete da Secretaria da Justiça e Segurança Pública (1946), Promotor de Justiça (1946), Advogado do Departamento de Estradas e Rodagens (1949 - OAB 640), Procurador da Procuradoria Geral do Estado.
Gilson Amaro Fernandes	Nascido em 23 de maio. Admitido em 01/01/1980, aposentou-se em 02/04/1996.	Bacharel em Direito pela UFPR. Mestre em Direito pela UFPR em 1990.
Guido Arzua	Nascido em 08 de maio de 1916. Filho de Etervina Arzua e Militão Arzua. Natural de Curitiba, Paraná. Admitido em 1967. Lecionou até 1971.	Foi auxiliar na cadeira de Direito Civil. Bacharel em Direito pela Universidade do Paraná em 1938.
João Casillo	Nascido em 01 de março de 1944. Admitido em 1990. Lecionou até 1994.	Doutor de Direito das Relações Sociais. Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Curso na Faculdade Internacional para o Ensino de Direito Comparado, Estrasburgo, França, 1972. Curso no Instituto de Tecnologia da Flórida, Departamento de Linguagem, EUA, 1976. Curso na Universidade de Harvard, EUA, 1980. Curso na Universidade

Nome	Dados pessoais	Trajatória acadêmica e dados profissionais
		de Oxford, Inglaterra, 1981. Foi professor auxiliar e professor adjunto, passando a lecionar Direito Civil em 1990. Foi Membro da Câmara de Comércio Brasil-França, Paraná; Membro da Câmara de Comércio Brasil-Alemanha, Paraná; Membro da Câmara de Comércio Brasil-Itália, Paraná; Membro da Câmara Americana de Comércio, Curitiba; Membro do IBEF - Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças; Membro Internacional Bar Association. Também foi Consultor Jurídico AECIC - Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba, por 25 anos. Além disso, foi Presidente do Conselho da AECIC; Presidente da Academia Paranaense de Letras Jurídicas; Vice-Presidente do CESA - Centro de Estudos de Sociedade dos Advogados e Cônsul Honorário da Bélgica nos Estados do Paraná e Santa Catarina. Publicações: <i>Erro como Vício da Vontade e Dano à Pessoa e sua Indenização</i> .
Joaquim Penido Monteiro	Nascido em 16 de novembro e 1890, falecido em 1º de fevereiro de 1963. Filho de Francisca Penido Monteiro e Joaquim Antônio Monteiro da Silva. Natural de Juiz de Fora, Minas Gerais. Admitido em 1951, aposentou-se em 1958.	Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo, recebeu o diploma em 1912. Iniciou sua carreira profissional como Promotor Público na Comarca de Palmeira, no ano de 1916. Em 1917, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Palmas. Foi professor da disciplina de direito Comercial, transferindo-se para a disciplina de Direito Civil na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. No dia 21 de outubro de 1954, foi nomeado para o cargo de Desembargador.
Joaquim Roberto Munhoz de Melo	Nascido em 11 de abril de 1945. Natural de Londrina, Paraná. Admitido em 17/06/1967, aposentou-se em 13/09/2006.	Leccionou Direito Civil (entre 1974 e 1976) e Judiciário Civil. Graduou-se em Direito na Universidade Federal do Paraná no ano de 1963 e fez pós-graduação em Direito Processual Civil na Universidade de Milão em 1973. Foi diretor da Faculdade entre 1992-1996. Presidente do Instituto dos Advogados do Paraná entre 1979-1981. Juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, na vaga destinada a juristas de 1980 a 1981. Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná entre 1973-1975, 1975-1977, 1977-1979, 1979-1981, 2001-2003. Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil de 1997 a 2000. Publicações: Atualização da obra: <i>Processo de execução - de Enrico Tullio Liebman</i> .
José Antônio Peres Gediel ³⁷	Nascido em 15 de setembro de 1953. Filho de Odith Peres Gediel e Altivo Araújo Gediel. Natural de Quari, Rio Grande do Sul. Admitido em 07/08/1995.	Bacharel em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, em 1972 a 1976. Mestrado e Doutorado em Direito na Universidade Federal do Paraná em 1982 a 1988 e 1994 a 1997, respectivamente. Pós-doutorado na Universidade de Montreal, em 2000 a 2002.

³⁶ Endereço para acessar o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0006668011607652>

Nome	Dados pessoais	Trajetória acadêmica e dados profissionais
José Eduardo Soares de Camargo	Nascido em 04 de julho de 1941, falecido em 5 de janeiro de 2003. Filho de Iracema Ribeiro de Camargo e Aldo Soares de Camargo. Natural de São Paulo, São Paulo. Admitido em 1967, lecionou até 21/03/1977.	Bacharel em Direito pela Universidade do Paraná em 1964. Mestre em Direito Tributário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 1967. Especialização em Ações Cominatórias (1973). Em 1967, exerceu funções de Auxiliar de Ensino de Direito Romano. Lecionou Direito Civil/Processo Civil a partir de 1972, como titular. Em 1977 teve seu contrato rescindido. Não informações sobre renovação ou concurso público. Foi Advogado, mas também atuou como Juiz Substituto da Corte do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná no período de 03 de outubro de 2002 até 04 de janeiro de 2003.
José Farani Mansour Guérios	Nascido em 07 de novembro de 1905. Natural de Curitiba, Paraná. Admitido em 1940.	Professor Catedrático de Direito Civil e Catedrático de Direito Internacional Privado. Bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná em 1930. Lecionou Direito Civil, Direito Administrativo (1939), Direito Internacional Privado (1940-1941). Tese de concurso apresentada à docência livre da cadeira de Direito Internacional Público da UFPR em 1934: «A Guerra. Sua inevitabilidade». Promotor Público no interior e em Curitiba. Foi professor de História Moderna e Contemporânea na Faculdade de Filosofia e Letras do Paraná e no Ginásio Paranaense. Governou o Estado do Paraná em dois períodos: 1916 a 1920 e de 1928 a 1930. Foi deputado federal, de 1921 a 1922, e senador de 1922 a 1928. Professor e escritor, foi um dos fundadores do Círculo de Estudos Bandeirantes e da Academia Paranaense de Letras. Fez parte do Centro Acadêmico de Direito da FDPR. Também fez parte da «Academia Rui Barbosa», da qual foi um dos fundadores. Teve participação importante nos conflitos da Guerra do Contestado. Colaborava também com os jornais: «A Federação», «Diário da Tarde» e «Gazeta do Povo».
José Henrique de Santa Rita	Nascido em 23 de dezembro de 1872, falecido em 20 de julho de 1944. Natural de Paranaguá, Paraná. Admitido em 10 de julho de 1918.	Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro (1895). Procurador Geral da República (1898). Juiz Municipal de Cerro Azul, Paraná (1901), Campo Largo (1902), Lapa (1910), Curitiba. Desembargador (1919). Presidente do Centro de Letras do Paraná entre 1921 e 1922. Foi Advogado, Juiz Municipal, Juiz de Direito e Desembargador. Presidente do Tribunal de Justiça entre 1922 e 1923. Na UFPR lecionou Direito Civil (obrigações), Filosofia do Direito e Direito Internacional Público.
José Lamartine Corrêa de Oliveira Lyra	Nascido em 1º de novembro de 1933, falecido em 27 de novembro de 1987. Filho de Arminda Morgado da Hora Corrêa de Oliveira e Ilídio Corrêa de Oliveira Lyra.	Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro em 1956. Doutorado na Universidade do Rio de Janeiro. Tese de livre-docência Conceito da pessoa jurídica (1962).

Nome	Dados pessoais	Trajatória acadêmica e dados profissionais
	Natural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Admitido em 1960.	Professor titular de Direito Civil. Presidente do Instituto dos Advogados do Paraná de 1969 a 1973. Publicações: <i>A dupla crise da pessoa jurídica. Intervenção do estado no direito contratual. Curso de direito de família (em colaboração com o professor Francisco José Ferreira Muniz).</i>
José de Alencar Ramos Piedade	Admitido em 1912, contrato rescindido em 1923.	Ingressou como professor substituto da 3ª seção, direito civil (1916), mediante concurso de lente substituto com a dissertação «O Damno Moral». Redator da «Gazeta dos Tribunais: revista mensal de doutrina, jurisprudência e legislação» (criada em novembro de 1913). Publicações: <i>Um Instituto de Advogados no Paraná</i> (1913); <i>O jogo</i> (1913); <i>O damno moral</i> (tese apresentada para o concurso de professor substituto, 1916). <i>Memorial dos Apelados em ação de manutenção de posse</i> (1913).
José Rodrigues Vieira Netto	Nascido em 12 de dezembro de 1912, falecido em 1970. Filho de Carmem Alvarez Vieira e Ulysses Falcão Vieira. Natural de Rio Negro, Paraná. Admitido em 28/10/1957, aposentou-se em 22/09/1964.	Bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal do Paraná em 1932. Foi Professor de Direito Civil (docência livre) e Constitucional durante o ano de 1956. Também ocupou a cadeira da disciplina de Literatura do Curso pré-jurídico em 1934. Professor Catedrático de Direito Civil em 1959, sendo também professor da disciplina de Direito Privado, especializado no Doutorado. Foi membro da banca para concurso de Livre Docência da disciplina de Direito Industrial e Legislação de trabalho. Instituiu o prêmio «Prof. Ulysses Vieira», o qual se destinava a homenagear o melhor aluno de Direito Civil dentre os bacharelados. Foi presidente do Instituto da OAB-PR, exerceu funções na comissão de disciplina de tal entidade. Também foi Conselheiro pelo 1º Instituto da OAB e Deputado Estadual em 1947 pelo Partido PCB/PR. Fez parte da banca examinadora para preenchimento do cargo de juiz substituto do Egrégio Tribunal de Justiça do Paraná. Foi preso em 1967, por sua simpatia com o marxismo e comunismo, sendo uma das personalidades mais perseguidas durante o regime militar, tendo em vista o desenvolvimento de sua atividade profissional. Publicações: <i>O risco e a imprevisão: duas tendências no âmbito da responsabilidade civil (edição póstuma, 1989). Posse e domínio da herança</i> (1957).
Luiz Edson Fachin ³⁸	Nascido em 08 de fevereiro de 1958. Filho de Otília Cerbaro Fachin e Dionísio Fachin. Natural de Rondinha, Rio Grande do Sul. Admitido em 10/10/1991.	Graduação em Direito (1976-1980) pela Universidade Federal do Paraná. Pós-doutorado obtido em 1994 pelo Ministério das Relações Exteriores do Canadá, Faculty Research Program In B. Doutorado em Direito (1987-1991) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: José Manoel de Arruda Alvim Neto. Título: Paternidade presumida: do Código Civil brasileiro à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal Mestrado em Direito (1984-1986) pela Pontifícia

³⁷ Endereço para acessar o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4524745757444990>

Nome	Dados pessoais	Trajetória acadêmica e dados profissionais
		<p>Universidade Católica de São Paulo. Orientador: José Manoel de Arruda Alvim Neto. Título: Negócio jurídico e ato jurídico em sentido estrito: diferenças e semelhanças sob uma tipificação exemplificativa no direito civil brasileiro. Membro da Academia Brasileira de Direito Civil, Membro do Conselho Executivo da Cátedra UNESCO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Portaria 2.665, de 25 abr., nomeado pelo Reitor da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, PR1994. Membro filiado do Instituto dos Advogados Brasileiros. Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção do Paraná, Curitiba, PR. (1987-1988). Membro filiado do Instituto dos Advogados do Paraná. Publicações: <i>Comentários ao Código do Consumidor</i> (1992), <i>Fondazione Internazionale Lelio Baso. Estabelecimento da filiação e paternidade presumida</i>.</p>
Manoel de Oliveira Franco	<p>Nascido em 30 de dezembro de 1884, falecido em 27 de julho de 1967.</p> <p>Filho de Anna Rosa Garcez de Oliveira Franco e Adolpho de Oliveira Franco.</p> <p>Natural de Curitiba, Paraná.</p> <p>Admitido em 10/07/1918, aposentou-se em 29/12/1954.</p>	<p>Catedrático de Direito Civil (1913). Inicia suas atividades como professor em 1917, obtém aposentadoria conforme Decreto de 29 de dezembro de 1954. Bacharel em Direito pela FDSP (1906). Vice-Diretor da FDUP. Membro do Tribunal de Ética Profissional da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Paraná. Um dos fundadores da «União Republicana Paranaense» (partido político). Promotor Público em Jaguariaíva, Ponta Grossa e Curitiba. Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública (1918). Deputado Estadual. Presidente da Comissão Revisora (art. 28 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal); Presidente do Conselho Penitenciário; Presidente do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal do Paraná. Advogado militante. Autor da reforma da Constituição do Estado do Paraná de 1926.</p>
Manoel Vieira Barreto de Alencar	<p>Nascido em 20 de fevereiro de 1873, falecido em 18 de janeiro de 1960.</p> <p>Filho de Coronel João Vieira Damasceno e Maria Francisca Vieira Agra.</p> <p>Natural de Mata Grande, Alagoas.</p> <p>Admitido em 19/12/1912, aposentou-se em 08/07/1951.</p>	<p>Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife. Promotor Público de Traipú e Murici, em Pernambuco. Juiz de Direito de Palmeira, Paraná. Procurador Fiscal do Tesouro Federal. Deputado Estadual. Advogou para os Bancos Alemão Transatlântico, Francês Italiano e Banco do Brasil, também das Companhias Standart Oil Comapny of Brazil e da Byngton & Cia. Em 23/12/1914 integrou a comissão para prestar observações ao projeto de Código Comercial do Dr. Inglês de Souza.</p>
Maria Cândida Pires Vieira do Amaral Kroetz ³⁹	<p>Nascida em 06 de maio de 1969.</p> <p>Filha de Antônio Garibaldi Vieira do Amaral e Ione Antônia Pires Vieira do Amaral.</p> <p>Natural de Curitiba, Paraná.</p> <p>Admitida em 27/06/2008.</p>	<p>Bacharel em Direito pela UFPR em 1991. Mestre em Direito pela UFPR em 1996. Doutora em Direito pela UFPR em 2005. Procuradora Federal junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Publicações: <i>A representação voluntária no direito privado</i> (1997).</p>

³⁸ Endereço para acessar o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4307976407499274>

Nome	Dados pessoais	Trajatória acadêmica e dados profissionais
Octávio de Sá Barreto	Nascido em 22 de novembro de 1906, falecido em 22 de outubro de 1986. Filho de Antônio Victor de Sá Barreto e de Constância Motta de Sá Barreto. Natural de Curitiba, Paraná. Admitido em 1956, aposentou-se em 1959.	Bacharel em Direito FDUP. Auxiliar do departamento das Cadeiras de Direito Civil e Direito Judiciário Civil (1956). Auxiliar das cadeiras de Direito Judiciário Penal e Direito Internacional Privado (1956). Instrutor das cadeiras de Direito Penal e Constitucional (1957). Instrutor das cadeiras de Direito Civil e Direito Comercial (1958). Instrutor das cadeiras de Direito Penal e Direito do Trabalho (1959). Foi presidente do Centro de Letras do Paraná no período de 1940 a 1944. Foi funcionário público estadual, radialista, escritor de grande produção literária modernista.
Odília Ferreira da Luz Oliveira	Nascida em 23 de agosto de 1944, falecida em 8 de maio de 2009. Filha de Alvaçoli Pires e Albuquerque Luz e Cid Ferreira da Luz. Natural de Curitiba, Paraná. Admitida em 1964, lecionou até 1991.	Lecionou Direito Civil e Direito Administrativo. Bacharel em Direito pela UFPR em 1963. Procuradora da República; Em 1988 foi subprocuradora geral da República, com atuação no Supremo Tribunal Federal, no Superior Tribunal de Justiça e no Tribunal Superior Eleitoral. Publicações: <i>Manual de Direito Administrativo</i> (1997).
Phâmphilo de Assumpção	Nascido em 7 de setembro de 1868, falecido em 15 de janeiro de 1945. Filho de Coronel Manoel Euphrasio D'Assumpção. Natural de Curitiba, Paraná. Admitido em 1912.	Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de São Paulo no ano de 1889. Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais pela FDUP – Faculdade de Direito da Universidade do Porto (1897), por meio de concurso para lente substituto de um grupo de cadeiras referentes a Economia e Administração. Fundou o Instituto dos Advogados do Paraná (1917), do qual foi Presidente por 15 anos; Fundou a Seção do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (1930), da qual foi Presidente por 5 anos (1932/1935). Foi membro fundador do Centro de Letras do Paraná, do qual foi Presidente. Presidente da Associação Comercial do Paraná (1909-1913 e 1927-1931). Fundador e ocupante da cadeira número 7 da Academia Paranaense de Letras. Também atuou como membro do Conselho Penitenciário do Paraná. Publicações: <i>Dois orações</i> (1923).
Paulo Henrique de Arruda Gonçalves	Nascido em 3 de julho de 1945. Filho de Armida de Arruda Gonçalves e Alcebiades Mader Gonçalves. Natural de Curitiba, Paraná. Admitido em 27/03/1973, aposentou-se em 25/10/1996.	Bacharel em Direito pela Universidade do Paraná graduado em 1968. Advogado. Participou como Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil. Ingressou no Instituto dos Advogados do Paraná em 1981.
Paulo Roberto Ribeiro Nalin ⁴⁰	Nascido em 25 de abril de 1969	Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná em 1992. Mestrado e doutorado pela UFPR

³⁹ Endereço para acessar o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9272318531711042>

Nome	Dados pessoais	Trajetória acadêmica e dados profissionais
Paulo Roberto Ribeiro Nalin ⁴⁰	Filho de Rubens Luís Nalin e Estela Mari de Miranda. Natural de Curitiba, Paraná. Admitido em 31/05/2004.	com orientação do professor Luiz Edson Fachin. Curso Giurisprudenza, Università Degli Studi di Camerino, (1999). Licenciatura em Direito, Universidade de Coimbra (1996). Advogado. Publicações: <i>Diálogos com o Direito Civil</i> (co-autor); <i>Contrato e sociedade I</i> (coordenador e co-autor); <i>Contrato e sociedade II</i> (coordenador e co-autor); <i>Teoria e Prática do Direito de Família</i> (co-autor); <i>Questões Controvertidas – Parte Geral do Código Civil</i> . Vol. 6 (co-autor); <i>Apontamentos Críticos para o Direito Civil Brasileiro Contemporâneo</i> (coordenador); <i>Diálogos sobre Direito Civil</i> , Vol. II (co-autor); <i>Tradução do Código Europeu de Contratos. Repensando os Fundamentos do Direito Civil Brasileiro Contemporâneo</i> (co-autor); <i>Do contrato: conceito pós-moderno (em busca da sua formulação na perspectiva civil-constitucional)</i> ; <i>Responsabilidade Civil: descumprimento do contrato e danos extrapatrimoniais</i> .
Rodrigo Xavier Leonardo ⁴¹	Nascido em 3 de setembro de 1975. Filho de Maria de Lourdes Xavier Leonardo e Luthero Leonardo. Natural de São Paulo, São Paulo. Admitido em 03/08/2006.	Bacharel em Direito pela UFPR em 1999, quando obteve o Prêmio José Lamartine Correa de Oliveira, pelo primeiro lugar nas disciplinas de Direito Civil do Curso de Bacharelado em Direito, Universidade Federal do Paraná. Doutorado em Direito Civil (2007), Universidade de São Paulo, Título: As associações em sentido estrito no direito privado, orientador: Alcides Tomasetti Junior. Mestrado em Direito Civil (2001), Universidade de São Paulo, USP, Brasil. Título: Redes contratuais no mercado habitacional para consumo, orientador: Prof. Dr. Alcides Tomasetti Júnior. Professor adjunto de Direito Civil na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR); Vice-coordenador do programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná.
Sérgio Seleme ⁴²	Admitido em 1998, lecionou até 2005.	Graduação em Direito (1993). Mestrado em Direito (2000), Universidade Federal do Paraná, Título: <i>Averiguação oficiosa da paternidade: a caminho da implementação do direito de família constitucional no Brasil</i> , orientador: Luiz Edson Fachin. Advogado. Membro do Instituto dos Advogados do Paraná. Publicações: <i>Contrato e empresa: notas mínimas a partir da obra de Enzo Roppo</i> (1998). <i>O direito das crianças e adolescentes na Constituição Brasileira</i> (2008).

⁴⁰ Endereço para acessar o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2555711954189473>

⁴¹ Endereço para acessar o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4392591985058002>

3. Considerações finais

Apesar de serem parciais, os resultados obtidos através das atividades realizadas pelos pesquisadores dos projetos «Projeto Integrado de Recuperação da Memória do Setor de Ciências Jurídicas» e «Memória: cem anos de Direito Civil da UFPR» demonstram que foi localizado um considerável conjunto de documentos e informações sobre a história do curso de Direito da Universidade Federal do Paraná no seu primeiro centenário.

Não foi sem dificuldades e desafios, entretanto, que esses elementos foram colhidos. Como já noticiado em momento anterior nesse artigo, não se tinha notícia de pesquisas antecedentes que tenham feito uso do Arquivo Inativo da Faculdade ou que tenham levantado dados em outros locais sobre os professores da casa, o ensino jurídico, a memória das disciplinas etc.

Essa experiência trouxe, porém, uma nova perspectiva para a conservação da memória da rica documentação histórica presente no mencionado Arquivo, já que, como pode ser visto quando da apresentação dos resultados, foi confeccionada uma listagem, em que se descreveu o que consta em cada uma das quase trezentas caixas relativas ao material histórico lá existente, além de ter sido digitalizada uma parte dos documentos relativos ao ensino jurídico e à estrutura didático-administrativa⁴³. Paralelamente a esses cuidados essenciais ao material constante no Arquivo Inativo da direção da Faculdade de Direito, a restauração de suas instalações está sendo discutida.

De qualquer forma, mesmo ante as dificuldades enfrentadas na execução dos projetos, é importante registrar, por fim, a satisfação dos pesquisadores envolvidos não apenas por se tratar do desenvolvimento de uma pesquisa inédita, ou mesmo pelo seu importante papel de recuperação da memória da Faculdade, mas, sobretudo pelas possibilidades que se abrem para futuras pesquisas, especialmente em razão de uma já em curso disponibilização *on line* de parte dos resultados obtidos.

4. Referências bibliográficas

- AMARAL E SILVA, Vitor Ferreira. *Relatório Geral da Universidade do Paraná*. Curitiba: Tipografia Alfredo Hoffmann, 1913.
- CHARLE, Christophe. «A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas». In HEINZ, Flávio. *Para uma nova história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 41.
- CROCKETI, Priscila Soares. *Ciência, Ensino e Código: Lentes, Elites e Direito Civil nos albos da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná (1912-1945)*, in <http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/handle/1884/26128>.
- DRUMMOND, Paulo Henrique Dias. *Ciência e Ensino na Cultura Jurídica Paranaense: Direito Penal e Filosofia do Direito no Curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Paraná (1913-1953)*, in <http://hdl.handle.net/1884/26068>.

⁴² Endereço para acessar o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1817951095304223>

⁴³ Outros documentos encontrados nas bibliotecas pesquisadas, como as Revistas Acadêmicas publicadas entre 1917 e 1919, as teses de Cátedra e Livre-docência e parte dos Programas de Ensino, também foram digitalizados.

- FONSECA, RICARDO MARCELO. «Os juristas e a cultura jurídica brasileira na segunda metade do século XIX». In: *Quaderni Fiorentini per la storia del pensiero giuridico moderno*. n. 35. Milano: Giuffrè, 2006.
- MARTÍN, Sebastián. «De la enseñanza a la ciencia del derecho: biografía colectiva de juristas españoles (1857-1943)». In *Cuadernos del Instituto Antonio de Nebrija*, 12/1, 2009.
- PETIT, Carlos. *Discurso sobre el discurso: oralidad y escritura en la cultura jurídica de la España liberal. Lección Inaugural Curso Académico 2000-2001*. Huelva: Publicaciones de la Universidad de Huelva, 2000.
- VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- WACHOWICZ, Ruy Christovam. *Universidade do Mate: história da UFPR*. 2. ed. Curitiba: Editora da UFPR, 2006.